

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 14 de agosto de 2019, alterada em conformidade com as observações do parecer da UTAM e relatório de análise n.º 104/2019



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
CAPÍTULO I – A SPMS	7
1.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS.....	7
1.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES	9
1.3. ATRIBUIÇÕES	10
1.4. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	11
1.5. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	12
1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES	14
1.7. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	20
CAPÍTULO II - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2019.....	25
2.1. ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES	25
2.2. MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2019	26
CAPÍTULO III DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	36
CAPÍTULO IV ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS ÀS QUESTÕES FORMULADAS PELA UTAM	85

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento apresenta as alterações ao Plano de Atividades e Orçamento de 2019 (PAO 2019), resultantes do Relatório de Análise 104/2019, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), de 08 de maio de 2019, tendo este Relatório sido rececionado pela SPMS em 10 de julho de 2019.

De referir que a primeira versão do PAO 2019 foi aprovada, em 23 de agosto de 2018, em reunião de Conselho de Administração e, submetida na mesma data, na plataforma Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira do Setor Empresarial do Estado (SIRIEF). Não obstante, foi objeto de revisão, atendendo ao Relatório de Análise 286/2018, de 22 de outubro de 2018, da UTAM.

De forma a ultrapassar as observações identificadas por aquela unidade, o documento foi revisto em matéria das atividades planeadas e recursos humanos, bem como ajustado em termos de plafonds orçamentais, advenientes da significativa redução operada no orçamento aprovado da SPMS para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), face ao que havia proposto em agosto de 2018 (aprovado pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., entidade coordenadora do Programa Orçamental da Saúde). Reitera-se que para a receita proveniente de transferências do Orçamento do Estado (para financiar os serviços de manutenção em contínuo) do montante proposto de 44 M€ foi aprovado 24 M€ (em 2018 orçamento foi 40 M€) e para o Contrato-Programa do montante proposto de 42,7 M€ foi aprovado 32,7 M€ (em 2018 orçamento foi 30,2 M€), o que se consubstancia num decréscimo global nas dotações orçamentais da SPMS de 30 M€.

Esta segunda versão do PAO 2019 mereceu a aprovação do Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2019, tendo sido submetida em 01 de fevereiro de 2019, no SIRIEF.

Desta nova submissão resultou o Relatório de Análise 104/2019, da UTAM (cfr. **Anexo I**), recebido em 10 de julho de 2019, que concluiu que “Face a 2018, a empresa prevê resultados positivos e melhoria de eficiência operacional. Assim, no plano financeiro não há situações que determinem a não aprovação da proposta. Contudo, o proposto aumento de efetivo em 45 elementos e o correspondente aumento de encargos não se encontram adequadamente fundamentados. Assim, a UTAM entende que a Proposta de PAO para o exercício de 2019 não está em condições de merecer aprovação de Sua Excelência o secretário de Estado do Tesouro.” (ver ponto 5. do referido Relatório).

Nesta sequência, a SPMS levou a cabo nova revisão do PAO 2019, de forma a sanar as questões suscitadas pela UTAM. De referir que esta versão considera também os dados da execução orçamental de 2018, sendo que para o efeito os respetivos quadros e demonstrações financeiras foram ajustados em conformidade.

O presente documento não sofre alterações em termos do respetivo alinhamento com o Plano Estratégico do triénio 2017-2019, homologado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde em 24 de novembro de 2017, garantindo não apenas a continuidade das atividades desenvolvidas no ano transato, em matéria de Sistemas de Informação da Saúde, das Compras Públicas na Saúde, Segurança de Informação e Cibersegurança na Saúde, no eHealth e no eProcurement, Comunicação e Relações Públicas, Marketing e Design, TeleSaúde e Centro de Contacto do SNS, mas igualmente a consolidação de processos, produtos e serviços de modo a atingir um nível de excelência e posterior certificação.

É mantido o entendimento que o PAO 2019 representa um instrumento norteador das atividades e ações previstas para o ano 2019 e da capacidade de adaptação da SPMS aos desafios que lhe são colocados.

No ano 2019, a SPMS manterá a sua linha de atuação, dando especial relevo à melhoria da eficiência e qualidade na resposta, quer do ponto de vista do mapeamento e revisão dos processos internos nas diversas áreas de atividade, com vista à sua desmaterialização, quer do ponto de vista do seu ajustamento e integração no sistema de gestão da qualidade que se pretende implementar.

Em linha com um dos pilares do Programa de Governo que é reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade e humanização dos serviços, têm sido objetivos da SPMS não só reforçar os mecanismos de comunicação entre o SNS, o Cidadão e o Profissional de Saúde, mas também tornar o SNS 24 o *front office* do SNS de forma progressiva, enquanto linha de atendimento (triagem, aconselhamento e encaminhamento) e centro agregador da informação dispersa no SNS.

A responsabilidade social corporativa é outro programa a desenvolver pela SPMS em 2019, na sequência da constituição de uma equipa de colaboradores com o objetivo de desenvolver parcerias comunitárias para promoção de projetos de voluntariado com impacto direto na população.

Em matéria de recursos humanos, e de forma a ir de encontro aos objetivos delineados para 2019, a SPMS continuará a apostar no mapeamento e desenvolvimento de competências, nomeadamente em termos de competências individuais, organizacionais, técnicas e processuais. Entende-se esta aposta com intuito de promover o potencial das competências internas existentes na SPMS, bem como para a consolidação da estratégia corporativa.

No âmbito do crescimento das competências e atribuições da empresa, e para continuar na senda desta estratégia orientada para a excelência, inovação e para a mudança, torna-se necessário reforçar a estrutura de recursos humanos da SPMS, bem como rever a respetiva estrutura organizacional. Para o efeito, há que dotar cada uma das áreas de atuação com os recursos adequados e essenciais, para assegurar a inexistência de disrupções na atividade da SPMS e a manutenção dos atuais e futuros serviços com qualidade.

O aumento pretendido/desejável do quadro de pessoal da SPMS traduz-se no preenchimento de lugares vagos para cargos dirigentes (*cfr.* estrutura proposta no Regulamento Interno, homologado em 4 de dezembro de 2017, por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, e aprovado em sede do Plano de Atividades e Orçamento 2018, em 29 de junho de 2018, por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro – **Anexo II**); nos cinquenta colaboradores para exercerem funções relacionadas com a internalização do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (Despacho n.º 516/18-SET); e no recrutamento de novos recursos (pedido já remetido para aprovação nos termos da legislação aplicável, que responde às necessidades inerentes às novas atribuições, passando por uma internalização dos recursos que atualmente já desenvolvem funções na SPMS através de prestadores de serviço, correspondendo indubitavelmente a necessidades permanentes desta entidade).

É, no entanto, pertinente ressaltar que 68 destes 440 recursos encontram-se em funções efetivas em entidades do Ministério da Saúde, no âmbito das atribuições da SPMS concernentes a serviços partilhados de recursos humanos, decorrente dos despachos de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, datados de 13 de outubro de 2016, 2 de novembro de 2016 e 21 de junho de 2017.

Correspondem, assim, a recursos que a SPMS não dispõe internamente para fazer face ao respetivo aumento de atividade, mas que constam no seu mapa de pessoal, sendo acautelado o eventual retorno, nos termos da legislação em vigor. Todavia, no ano 2019, e dado que estes recursos constituem necessidades permanentes nos organismos onde prestam as respetivas funções (estando a ser diligenciado por estes organismos o provimento do mapa de pessoal, com vista a consolidar as respetivas mobilidades), não é expectável o seu retorno, não se afigurando necessária a dotação orçamental para o efeito.

Em face do exposto, torna-se imprescindível o reforço de recursos a afetar às diversas áreas da SPMS, como comprovadamente decorre de articulação com a tutela, quer por via de recrutamentos, quer por mobilidades internas ao SNS (face aos conhecimentos do setor), quer por cedências de interesse público.

Assegura-se, contudo, que este quadro de recursos humanos, com evidente repercussão na despesa do agrupamento 01 - gastos com o pessoal no orçamento de 2019, não colocará em risco a regra do equilíbrio orçamental, sendo garantido, em contrapartida do agrupamento 02, na medida em que quer os PREVPAP, quer os novos recrutamentos, deixam de constituir despesa neste agrupamento. De realçar que é ainda expectável que o aumento nesta rubrica seja inferior à despesa inerente ao recurso a contratos de prestação de serviços, ou seja, conduzindo a um quadro de economia e racionalização de despesa.

Em matéria de recursos financeiros, e indo de encontro ao que tem vindo a ser mencionado, observou-se assim um estímulo da atividade da SPMS, considerando o reconhecimento pela experiência adquirida no exercício das suas competências, atribuições, estratégia com escopo na eficiência e gestão da despesa do SNS. Contudo, o orçamento aprovado para 2019, referente ao financiamento proveniente do Orçamento do Estado destinado a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS foi de 24 M€ (tendo sido em 2017, 30 M€ e em 2018, 40 M€), e para o Contrato-Programa a celebrar com a ACSS para os projetos de desenvolvimento para o sector da Saúde foi de 32,7 M€ (em 2017, 18,2 M€ e em 2018, 30,2 M€), não obstante terem sido propostos os montantes de 44 M€ e 42,7 M€, respetivamente.

Atendendo à criticidade que esta redução na proposta de orçamento provocou, a SPMS dirigiu à tutela da Saúde o Ofício n.º 5272, de 9 de novembro de 2018, expondo a danosidade de tal medida (junta-se como **Anexo III**), tendo, após despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, sido encaminhado para o Gabinete do Ministro das Finanças em 13 de novembro de 2018, pelo Ofício n.º 7138, do Gabinete SEAS (cfr. **Anexo IV**).

De referir que o incremento de valor no Acordo de Manutenção tinha como intuito gerar a sustentabilidade no médio prazo e resultava do reforço: i) Na manutenção em contínuo dos sistemas de informação; ii) No licenciamento (nomeadamente em Microsoft, dado que atualmente existem mais de 20.000 novos postos de trabalho e há que assegurar as caixas de correio eletrónico e ferramentas Office para todo o universo da Saúde; em novas bases de dados Oracle, para os novos hospitais SONHO2); iii) Na cibersegurança (para apoio transversal no âmbito das políticas de privacidade e segurança e prática de auditorias, de forma a monitorizar e apoiar o cumprimento do RGPD); iv) Na engenharia de software (para que sejam levados a cabo procedimentos transversais de testes de software, desenvolvimento de componentes comuns de software para disponibilização de serviços em diferentes soluções aplicacionais); v) Nas condições de segurança das infraestruturas; na capacidade de operação e

manutenção dos sistemas centrais e locais; vi) Na manutenção do âmbito da nova RIS; e vii) Na manutenção e suporte do Centro de Contacto do SNS.

Já a variação que havia sido proposta e que não foi aprovada no Contrato-Programa traduzir-se-á no desacelamento do ritmo de desenvolvimento e upgrade dos mais de 70 sistemas de informação em uso, não havendo praticamente novos sistemas planeados, não obstante a necessidade de substituir sistemas obsoletos e fazer upgrade das suas bases de dados em vários hospitais de grande dimensão, entre outros; assim como no desinvestimento na modernização da infraestrutura física das redes e do software dos Cuidados de Saúde Primários.

Efetivamente, o reforço proposto e não aprovado para o Contrato-Programa em mais 12,5 M€ era direcionado para a urgência na renovação do sistema de informação de suporte aos Cuidados de Saúde Primários, tendo em conta os atuais constrangimentos com que se deparam os profissionais de saúde das diferentes unidades de saúde na utilização diária deste sistema. Desenvolvido nos anos 90 do século passado, o sistema de informação encontra-se obsoleto, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista tecnológico, consequência de um inadequado investimento em infraestruturas e da falta de um software alternativo.

Acresce mencionar que as premissas financeiras explanadas no Plano de Atividades para 2019, à semelhança do ano anterior, encontram-se alinhadas com as orientações estratégicas definidas pelo Ministério da Saúde para a SPMS, com vista à satisfação de necessidades transversais das entidades do Sector da Saúde, permitindo criar condições para consolidação do esforço que já se vem verificando na modernização das respetivas infraestruturas em matéria de tecnologias de informação e comunicação, propiciando, assim, maior qualidade na prestação de serviços de cuidados de saúde ao cidadão, o que igualmente se compagina com as políticas públicas de saúde do Governo. Contudo, a redução verificada no orçamento de 2019 em face do aprovado (de 30M€ no global) poderá colocar em causa algumas destas premissas.

O PAO 2019 incorpora ainda: i) o contributo da SPMS para as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016-2019 que apresentam as estratégias de desenvolvimento económico e social e de consolidação das contas públicas consideradas no Programa do XXI Governo Constitucional; ii) as orientações do Orçamento de Estado; iii) os compromissos assumidos aquando da elaboração da proposta de orçamento para 2019, com a ACSS e demais *stakeholders*, nomeadamente, Direção-Geral da Saúde, Regiões Autónomas, outros Ministérios, Comissão Europeia, entre outros.

Por término, e considerando os resultados setoriais traçados para a SPMS e traduzidos no incremento significativo da sua atividade, é possível levar a cabo projeções de negócio que variam em comparação com o ano de 2018 e 2019, muito acima dos indicadores como o consumo privado e a evolução dos preços.

A clara evidência da melhoria da eficiência operacional da SPMS é demonstrada nos indicadores apresentados no quadro infra:

Indicadores	2017	2018	2019
Volume de Negócios	16 396 383,74 €	19 936 703,13 €	30 846 529,00 €
Subsídios à exploração	24 800 824,86 €	50 516 581,59 €	37 379 011,00 €
Rendimentos operacionais (Volume de Negócios + Subsídios à exploração)	41 197 208,60 €	70 453 284,72 €	68 225 540,00 €
Resultado Líquido do período	- 1 769 257,58 €	3 048 987,56 €	5 729 737,00 €
Gastos operacionais (FSE + GCP)	39 537 687,88 €	64 585 927,52 €	57 523 689,00 €
EBITDA	504 043,75 €	5 642 970,48 €	10 501 877,00 €
Eficiência Operacional (Gastos Operacionais / Rendimentos Operacionais)	96%	92%	84%
% Gastos Operacionais / Volume de Negócios	241,1%	324,0%	186,5%
PRC	1 277 509,11 €	1 363 021,96 €	1 430 891,03 €
Deslocações e Estadas	417 319,64 €	349 450,57 €	417 319,64 €
Estudos, Pareceres e Projetos e Consultadoria	860 189,47 €	1 013 571,39 €	1 013 571,39 €

Da leitura no quadro supra resulta uma tendência de crescimento de 2018 para 2019 do volume de negócios em **54,7%**, do EBITDA em **86,1%** e uma redução do peso dos gastos operacionais em **137** pontos percentuais face ao volume de negócios e de **8** pontos percentuais face aos rendimentos operacionais.

CAPÍTULO I – A SPMS

1.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (adiante designada SPMS) foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de Março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com um capital estatutário de 26.260.689 euros, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

De acordo com o quadro jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, e 69/2017, de 16 de junho, e 38/2018, de 11 de junho, tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS em matéria de prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

Nomeadamente na prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; no funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS); e recentemente, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabendo à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

Atualmente, a SPMS apresenta a seguinte caracterização:

ORGÂNICA ESTATUTOS	• DECRETO-LEI N.º 19/2010 • DECRETO-LEI N.º 108/2011 • DECRETO-LEI N.º 209/2015 • DECRETO-LEI N.º 32/2016 • DESPACHO N.º 11013/2016 • RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 67/2016 • DECRETO-LEI N.º 69/2017 • DECRETO-LEI N.º 38/2018
NATUREZA	• ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL INTEGRADA NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO • AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DE PATRIMÓNIO PRÓPRIO • DEPENDÊNCIA TUTELAR DOS MEMBROS DO GOVERNO RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE
ÓRGÃOS SOCIAIS	• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO • FISCAL ÚNICO
ESTRUTURA ORGÂNICA	• DIREÇÕES: 13 • UNIDADES: 33

RECURSOS HUMANOS	• 4 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (INCLUI O FISCAL ÚNICO QUE É EQUIPARADO AO VCA) • 13 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL I (DIRETOR) • 26 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL II (COORDENADOR) • 232 ELEMENTOS EFETIVOS
RECURSOS FINANCEIROS (ORÇAMENTO)	ORÇAMENTO ANUAL NO VALOR DE 85.291.021€, DO LADO DA RECEITA, E DE 85.291.021€, DO LADO DA DESPESA
LOCALIZAÇÃO	SPMS LISBOA (SEDE): AVENIDA DA REPÚBLICA, N.º 61 1050-189 LISBOA SPMS LISBOA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, N.º 125 1050-052 LISBOA SPMS PORTO: RUA DO BREINER 121, 4050-124 PORTO CCSNS: AVENIDA DE MADRID, 8-A, 1000-193 LISBOA CCM SNS: RUA DE JOAQUIM DIAS ROCHA, N.º 170, ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SECTOR X, 4470-211 MAIA

1.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A SPMS tem por **Missão** a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades EPE's, sejam entidades do Setor Público Administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde, e ainda a gestão e exploração direta do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

Importa assegurar que a prossecução da missão atribuída à SPMS esteja enquadrada em normas e princípios gerais de atuação, consubstanciando os valores primordiais a salvaguardar, os quais deverão servir de enquadramento ao desenvolvimento da atividade dos seus colaboradores, que se assumem como a face visível da empresa.

Atendendo às suas especificidades, a SPMS rege a sua atividade de acordo com os seguintes **Valores**: Legalidade, Não discriminação, Igualdade de tratamento e imparcialidade, Proporcionalidade, Coerência, Boa-fé e transparência, Comunicação e partilha de informação, a Excelência profissional, bem como a Cordialidade e solidariedade.

É, assim, **Visão** da SPMS “Ser uma empresa de excelência na prestação de serviços partilhados do Ministério da Saúde”.

1.3. ATRIBUIÇÕES

A SPMS tem por atribuições a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, de serviços financeiros, de recursos humanos e de sistemas e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde, e ainda a gestão e exploração direta do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

-  No âmbito dos **serviços partilhados de compras e logística**, a SPMS tem por missão centralizar, otimizar e racionalizar a aquisição de bens e serviços e disponibilizar serviços de logística, possuindo atribuições em matéria de estratégia de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística interna, pagamentos e monitorização de desempenho.
-  No âmbito dos **serviços partilhados financeiros**, a SPMS tem por missão a cooperação, a partilha de conhecimentos e de informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas de gestão financeira e de contabilidade, possuindo atribuições em matéria de planeamento e preparação de orçamento, controlo orçamental, gestão de contratos, contabilidade analítica, contabilidade geral, pagamentos e cobranças e tesouraria.
-  No âmbito dos **serviços partilhados de recursos humanos**, a SPMS tem por missão a disponibilização de um serviço partilhado de recursos humanos de elevada eficiência e níveis de automatização, possuindo atribuições em matéria de levantamento da informação e diagnóstico, processamento de salários e indicadores de gestão.
-  A SPMS assegura o funcionamento do **Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)** e do **Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS)**.
-  No âmbito dos **serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde**, a SPMS tem por missão assegurar a atividade e a gestão do CCMSNS.

1.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, a SPMS conta com a seguinte estrutura:

 O Conselho de Administração

 O Fiscal Único

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

O **Conselho de Administração** é composto por três membros, um presidente e dois vogais executivos, nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição. O Conselho de Administração (CA) da SPMS foi nomeado através de Resolução do Conselho de Ministros, de 22 junho de 2017 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2017, publicada no Diário da República n.º 126/2017, Série I de 2017-07-03), sendo os seus membros:

Henrique Martins | Presidente

Artur Trindade Mimoso | Vogal Executivo

João Martins | Vogal Executivo

Compete ao Conselho de Administração, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua atual redação.

O **Fiscal Único** é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da SPMS. Conforme Despacho de 4 de maio de 2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, foram nomeadas as Sociedades António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda., como fiscal único efetivo e Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., n.º 67, como fiscal único suplente.

Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768 | Efetivo

Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427 | Suplente

1.5. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Na senda da estratégia da SPMS orientada para a excelência, inovação e para a mudança, e em simultâneo para o cumprimento do Programa XXI do Governo, tornou-se necessário reforçar a estrutura de recursos humanos, bem como proceder a uma revisão da respetiva estrutura organizacional.

Esta revisão da estrutura orgânica, que se entendeu essencial para o desempenho institucional, teve como intuito principal refletir a estrutura organizacional na sua íntegra (em termos de unidades e suas competências) face à missão e atribuições atuais da SPMS. Teve, portanto, em consideração o alinhamento da estrutura aos propósitos da SPMS e ao atual modelo operativo. Não obstante, esta alteração da estrutura interna não se traduz num aumento de cargos dirigentes, mantendo-se o mesmo número já existente de direções e coordenações.

De referir que, no âmbito desta revisão orgânica, consideraram-se também as seguintes premissas já conhecidas, nomeadamente:

- i. A organização da SPMS está orientada para a prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde através de **Direções** que desenvolvem a sua atividade como órgãos de negócio, mas que podem também ter função de suporte, e, por conseguinte, ser constituídas por unidades de negócio ou unidades de suporte. As áreas de foco de atividade incluem as áreas de compras e logística, financeiros, recursos humanos, sistemas e tecnologias de informação e comunicação, bem como serviços de comunicação e media, e gestão e operação do CCSNS e CCMSNS.
- ii. As **Unidades de Suporte** apoiam o Conselho de Administração e as Direções na gestão financeira, de recursos humanos no planeamento e desenvolvimento da organização, na auditoria interna, nos assuntos jurídico e contencioso, na comunicação interna e externa e no apoio geral a toda a organização, bem como são constituídas unidades de apoio ao controlo de gestão.
- iii. No seio das direções, podem ser constituídos **núcleos** que constituem uma *pool* de colaboradores da SPMS, com conhecimentos especializados, ou uma função muito concreta que beneficia de uma “agregação funcional” e que contribuem para a criação de uma dinâmica transversal à organização, promovendo a inovação e desenvolvimento da mesma, não sendo, contudo, estruturas orgânicas como tal.

A atual estrutura orgânica da SPMS, assim como o respetivo Regulamento Interno, foram assim objeto de revisão, tendo neste sido aprovado aditamento, em 30 de outubro de 2018, que consta em anexo ao presente documento (cfr. **Anexo V**). De ressaltar que o aditamento foi remetido, em 09 de novembro de 2018, para homologação de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, nos termos do disposto da alínea I) do artigo 8.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na sua atual redação (cfr. Ofício n.º 5285, de 09 de novembro de 2018 – **Anexo VI**).

A estrutura interna da SPMS encontra-se ilustrada no seguinte **organograma**:



1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES

Atendendo às atribuições e competências descritas no ponto 1.3., a SPMS desenvolve os serviços a seguir aduzidos:

1.6.1. COMPRAS E LOGÍSTICA

A SPMS desempenha um papel fundamental no bom funcionamento do SNS, destacando-se, na carteira de serviços prestados, a celebração e gestão de Acordos Quadro, a realização de compras firmes de forma centralizada/agregada e ainda a disponibilização do Catálogo de bens e serviços.

A. A CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE ACORDOS QUADRO

É firmado um contrato entre a SPMS e um ou vários fornecedores para as áreas da saúde e transversais, podendo este ser renovado. Neste Acordo-Quadro são definidos os parâmetros e regras que irão disciplinar as relações contratuais futuras entre as partes contratantes das compras ao abrigo do Acordo-Quadro.

ACORDOS QUADRO VIGENTES EM 31 DE JULHO DE 2018	
ACORDOS QUADRO DA SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	ACORDOS QUADRO DE BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS)
Na Direção de Compras de Bens e Serviços da Saúde estavam vigentes 79 Acordos-Quadro, onde a maioria se dividiu pelas áreas de Medicamentos e Dispositivos Médicos	Na Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais estavam vigentes 25 Acordos-Quadro.

B. COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)

Na modalidade de aquisições centralizadas, a SPMS é mandatada pelas instituições do MS para concretizar compras firmes, recorrendo aos instrumentos legalmente existentes (na sua maioria a Acordos-Quadro).

COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS ESPECÍFICOS DA SAÚDE

A SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde para todos os serviços e instituições do SNS e dos órgãos e serviços do MS, de acordo com o disposto no **Despacho n.º 1571-B/2016**. Após a publicação da circular, as entidades do SNS registam as suas previsões de consumo no Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde. A SPMS analisa e solicita eventuais esclarecimentos, de modo a definir os mapas finais de necessidades da totalidade das instituições do SNS.

De ressaltar que, até 31 de julho de 2018, foram adquiridos centralmente cerca de 620 milhões de euros em medicamentos e dispositivos médicos, sendo que o sucesso desta operacionalização da aquisição centralizada depende grandemente do diálogo e contacto constante entre a SPMS e as instituições e serviços do SNS.

COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS

A SPMS tem funções de Unidade Ministerial de Compras (UMC) relativamente aos bens e serviços das instituições do SNS que se encontrem vinculadas ao Sistema Nacional de Compras Públicas, bem como aos bens e serviços da área das tecnologias de informação e comunicação dos serviços e organismos do MS e instituições do SNS, podendo celebrar Acordos Quadro e efetuar aquisições centralmente.

A **Portaria nº 87/2013** define as categorias de bens e serviços cujos procedimentos de aquisição são conduzidos pela SPMS, na qualidade de UMC, designadamente: Equipamento informático; Licenciamento de software; Serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de software; Cópia e impressão; Comunicações de voz e dados em local fixo; Serviço móvel terrestre e Plataforma eletrónica de contratação. O processo de aquisição centralizada inicia com a agregação de necessidades.

No que concerne a outras categorias de bens e serviços transversais (nomeadamente eletricidade, gás natural, combustíveis, higiene e limpeza, segurança, papel e economatos, entre outras), as entidades submetem à SPMS as quantidades necessárias, o contrato de mandato administrativo e o respetivo cabimento.

De ressaltar que, até 31 de julho de 2018, foram adquiridos centralmente cerca de 28 milhões de euros em bens e serviços transversais.

C. DISPONIBILIZAÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÓNICO DE COMPRAS PÚBLICAS

As instituições de forma independente e descentralizada podem recorrer ao Catálogo para realizar aquisições beneficiando das condições negociais estabelecidas nos Acordos Quadro.

No ano 2018 foram implementadas melhorias do catálogo que possibilitam às instituições de saúde ter conhecimento em tempo real do estado dos procedimentos de aquisição, para os quais mandataram a SPMS. À semelhança de outras melhorias desenvolvidas no Catálogo, este processo iniciou-se com os vários *stakeholders* e instituições de saúde, que tiveram possibilidade de participar e sugerir melhorias. Para além de inovador potenciou o diálogo e a cooperação entre todos.

De notar que em 2018, também foi desenvolvida a funcionalidade de registo de notas de encomenda, que permite à SPMS acompanhar a execução dos contratos para os quais foi mandatada.

1.6.2. SERVIÇOS PARTILHADOS

Nesta área de atuação, a SPMS tem, desde 2010, desenvolvido atividade e consolidado experiência nas áreas de Recursos Humanos, Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira e Informática. Os Serviços Partilhados mais representativos prestados às instituições são:

COMPRAS E LOGÍSTICA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
	APOIO OPERACIONAL — COM A AFETAÇÃO DE UMA EQUIPA DE ELEMENTOS PERMANENTES À EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE COMPRAS E LOGÍSTICA NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO;
	APOIO EM <i>BACKOFFICE</i> — COM REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PARAMETRIZAÇÕES IDENTIFICADAS PELO CLIENTE, EXTRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO COM TODOS OS UTILIZADORES ENVOLVIDOS;
	APOIO INFRAESTRUTURAL — DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA TIC (COMPRAS, LOGÍSTICA E IMOBILIZADO) E EQUIPAMENTO DE APOIO NECESSÁRIOS À OPERAÇÃO.

APOIO À GESTÃO ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
	ESTUDOS DE OTIMIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS, CONTROLO E METODOLOGIAS DE GESTÃO;
	APOIO NA CRIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE MECANISMOS DE DESEMPENHO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SNS;
	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE APOIO CONDUCENTES À MELHORIA DE OUTROS PROCEDIMENTOS, COM VISTA AO INCREMENTO QUALITATIVO E À REDUÇÃO DE CUSTOS NO SNS;
	EMISSION DE PARECERES TÉCNICOS, ANÁLISES DIVERSAS E RELATÓRIOS PARA APOIO À GESTÃO.

CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
	ESTUDOS DE OTIMIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS, CONTROLO E METODOLOGIAS DE GESTÃO DO TRANSPORTE DE DOENTES - ANÁLISE DE DADOS;
	GESTÃO DA DESPESA COM MCDT - CONTROLO E PROCESSAMENTO DA FATURAÇÃO;
	GESTÃO DO PROCESSO DE CIRCULARIZAÇÃO E ENCONTRO DE CONTAS MENSAL;
	PROCESSAMENTO FINANCEIRO MENSAL DOS VENCIMENTOS - CONFERÊNCIA, CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE VENCIMENTOS;
	SERVIÇO DE RECEITA - EMISSÃO, CONTROLO E EXECUÇÃO DE TODO O CICLO DA RECEITA;
	SERVIÇO DE DESPESA E TESOURARIA - CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA FATURAÇÃO DE FORNECEDORES GERAIS, PROCESSAMENTO, CONFERÊNCIA, PAGAMENTO E CONTROLO;
	GESTÃO DE IMOBILIZADO E FROTA - GESTÃO E CONTROLO DO IMOBILIZADO;
	GESTÃO DE PENHORAS - CONTROLO DOS PROCESSOS DE PENHORAS E EXECUÇÕES FISCAIS;
	GESTÃO DO PROCESSO DE REEMBOLSOS;
	SERVIÇO DE APOIO À GESTÃO - DESENVOLVER A MONITORIZAÇÃO MENSAL DOS REGISTOS CONTABILÍSTICOS NECESSÁRIOS E A PRODUÇÃO DOS REPORTES;
	SERVIÇO DE PLANEAMENTO E CONTRATUALIZAÇÃO/CONVENÇÕES.

RECURSOS HUMANOS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
	APOIO OPERACIONAL COM A AFETAÇÃO DE UMA EQUIPA DE ELEMENTOS PERMANENTES À EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES NO ÂMBITO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DE INSTITUIÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE;
	APOIO EM <i>BACKOFFICE</i> COM REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PARAMETRIZAÇÕES DECORRENTES DAS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES, EXTRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE GESTÃO, E ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO COM TODOS OS UTILIZADORES ENVOLVIDOS;
	DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA RHV - SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE REMUNERAÇÕES E DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE;
	CENTRALIZAÇÃO DO PROCESSAMENTO DE VENCIMENTOS;

- GESTÃO DA FORMAÇÃO EM ÁREAS TRANSVERSAIS DE SUPORTE REFORÇANDO O INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO;
- DISPONIBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA DE E-LEARNING.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E HELPDESK | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- SERVIÇOS PARTILHADOS NA ÁREA DE SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DO DATACENTER COM SUPORTE A SERVIÇOS TRANSVERSAIS: PROXY; DNS; FILE SERVER; AD; CORREIO ELETRÓNICO E ACESSOS À INTERNET;
- SERVIÇOS PARTILHADOS DE SUPORTE, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE APLICAÇÕES INCLUINDO: SISTEMAS DA ÁREA CLÍNICA: SINUS, SAM E SAPE; SIIMA RASTREIOS – PLATAFORMA REGIONAL MULTI-RASTREIOS; UPIP – URGÊNCIA PEDIÁTRICA INTEGRADA DO PORTO; TAONET – GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DE CUIDADOS EM DOENTES HIPOCOAGULADOS; LABWAY – LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA; SGTD – SISTEMA DE GESTÃO DE TRANSPORTES DE DOENTES NÃO URGENTES;
- SISTEMAS DA ÁREA NÃO CLÍNICA: EBS/ORACLE; SGIM/GLINTT; PHC / IBÉRIA – COMPRAS E LOGÍSTICA; SIDC – GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE; SIARS – SISTEMA DE BI REGIONAL; MIM@UF – SISTEMA DE BI PARA UFSS; EDOC – GESTÃO DOCUMENTAL; GESTÃO E CONTROLO DA ASSIDUIDADE; EASYVISTA – GESTÃO DE HELPDESK;
- SERVIÇOS NA ÁREA DO HELPDESK.
- ESTES SERVIÇOS TÊM SIDO ASSEGURADOS COM EQUIPAS ESPECIALIZADAS DA SPMS, ALOCADAS AOS CLIENTES.

GESTÃO DE SAÚDE | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS (CSP);
- ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO EFETUADO NAS EQUIPAS DE RUA, NO POSTO MÓVEL E NOS CENTROS DE SAÚDE;
- SUPERVISÃO DAS TROCAS EFETUADAS PELAS PARCERIAS E PELOS POSTOS MÓVEIS;
- ARTICULAÇÃO DO PTS COM A ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO EM CURSO NOS CENTROS DE SAÚDE;
- ARTICULAÇÃO COM A DGS, ARS(S), SICAD, DICAD, ANF E AFP;
- CONTROLO DO CUMPRIMENTO PLANO DE ABASTECIMENTOS;
- RECEÇÃO DOS REGISTOS DE ENCOMENDAS E DADOS DAS TROCAS EFETUADAS EM CADA ESTRUTURA INTERVENIENTE NO PTS;
- COORDENAÇÃO DA RECOLHA DOS CONTENTORES NOS CENTROS DE SAÚDE E EQUIPAS DE RUA E POSTERIOR DESTRUIÇÃO;
- ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS E ACONSELHAMENTO METODOLÓGICO NO ÂMBITO DO PTS;
- ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA AGILIZAR A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PTS;
- SERVIÇOS DE ALUGUER, MANUTENÇÃO E GESTÃO DE UM POSTO MÓVEL;
- GESTÃO E CONTROLO DO STOCK DE KITS DE PREVENÇÃO VIH/SIDA EXISTENTES NO POSTO MÓVEL;
- SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO, NA REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS PARA AS PESSOAS QUE UTILIZAM DROGAS INJETÁVEIS. ESTE SERVIÇO TEM VINDO A SER ASSEGURADO POR ESTUDANTES DA FACULDADE DE FARMÁCIA E PSICOLOGIA DE LISBOA CUJO TRABALHO É SUPERVISIONADO PELA EQUIPA DA SPMS.

1.6.3. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os serviços de apoio mais representativos prestados nesta área são:

A. SUPORTE, MANUTENÇÃO APLICACIONAL CORRETIVA E EVOLUTIVA E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

PRODUTOS DESTINADOS A UTENTES, PROFISSIONAIS E ENTIDADES DO SNS			
APLICAÇÕES MÓVEIS DO SNS	EVM – (E-MORTALITY SURVEILLANCE)	RHV	SICO
APP'S DA SAÚDE	EXAMES SEM PAPEL	RIS	SIGAI
BAS	EXPAND	RNCCI	SIGAS
BENEFÍCIOS SNS	FHS	RNP	SIGEF
BI MH	INTERNATIONAL PROJECTS	RNU	SIGLIC
BIRH	INTEROPERABILIDADE TÉCNICA:	RSE – REGISTO DE SAÚDE	SIGS
CAIC	LIGHT; PNB; NCP	ELECTRÓNICO	SIM@SNS

CE – CERTIFICADOS ELETRÓNICOS CENTRO NACIONAL DE TELESAÚDE CIBERSEGURANÇA CONSCONT CPAL CPARA CTC.PT CTH ENESIS 2020	MONITOR SI SPMS PEM PORTAL RH PROJETO CIM PROJETO GTAMI PROJETO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA, TERAPEUTAS NÃO CONVENCIONAIS E PODOLOGISTAS PRVR RECEITA SEM PAPEL RENDA RENTEV	SAGMD SCLÍNICO – CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS (CSP) SCLÍNICO HOSPITALAR SFCP SGES SGRA SGTD SI.VIDA SICA SICC	SIMH SINAVE SINUS SISO SITAM SONHO – CSP SONHO V2 VAI – VIA DE ACESSO INTEGRADO WEBGDH WIFI@UTENTE
--	--	--	--

B. MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE QUE PERMITE A COMUNICAÇÃO SEGURA EM TODO O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

C. A SPMS é responsável pelo planeamento estratégico, coordenação de investimentos e promoção de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

D. Para além das atividades desenvolvidas atualmente pela SPMS, o despacho do Sr. Secretário de Estado da Saúde n.º 132/2015, de 15 de setembro, relativo ao Relatório Final do Grupo Técnico para a Informação no Sistema de Saúde destaca outras áreas de atuação, das quais se destaca:

 *“Incumbir a SPMS de desenhar e implementar um Programa de Investimento e Financiamento das Tecnologias de Informação e Comunicação, potenciando o melhor aproveitamento do programa de fundos comunitários, como uma iniciativa transversal de serviços partilhados, que permita garantir a implementação da estratégia de desenvolvimento das TIC junto do universo das instituições públicas, privadas e sociais que operam no mercado da saúde, designadamente tendo em vista a implementação dos 4 projetos transversais propostos por este Grupo Técnico, se merecerem, a aprovação do Governo.”;*

 *“Lançamento de uma iniciativa especial para a definição do conceito de Regulação das atividades de IT, que se propõe seja desenvolvida a partir de um trabalho conjunto entre organismos normalizadores e reguladores de áreas específicas da saúde (DGS, INFARMED, ACSS, SPMS) com a Entidade Reguladora da Saúde, coordenado pela SPMS.”;*

 *“Assegurar a gestão centralizada da plataforma tecnológica de modo a facilitar a criação de uma massa crítica considerável na utilização comum de recursos tecnológicos e atenuando dependências externas, promovendo a internalização das competências core da rede de dados da saúde e o upgrade de outras competências transversais na área tecnológica.”;*

 *“Promover a partilha e difusão de boas práticas junto da comunidade de especialistas de TIC em funções nas diferentes instituições que compõem o sistema de saúde, em particular na rede de instituições do SNS, sistematizando todo o conhecimento já existente na SPMS.”*

1.6.4. CLIENTES

As atividades e serviços da SPMS são orientados, em última instância, para satisfazer as necessidades do cidadão/utente, contribuindo para aumentar a eficácia e eficiência das instituições do Ministério da Saúde, em sentido lato e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em sentido mais restrito.

Nos últimos anos, os clientes do SNS e os clientes externos têm vindo a aumentar e a diversificar-se. Para além da atuação em território nacional, a SPMS presta, ainda, serviços às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, participa em diversos projetos de índole internacional, consultoria informática no Chipre e na área de compras na Grécia e no México e encontra-se em articulação com Cabo Verde na identificação de áreas de desenvolvimento comuns.

A recorrente atribuição de novas responsabilidades na área das compras, sistemas de informação e comunicação e imagem, proporcionou a expansão da prestação de serviços a novos clientes.

Os principais clientes da SPMS, em 2018, foram os seguintes:

CLIENTES
ACSS— ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
ARSC — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO
ARSLVT — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO
ARSN — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE
DGS — DIREÇÃO -GERAL DE SAÚDE
INSA — INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DOUTOR RICARDO JORGE
INCM - IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

1.7. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

A SPMS assume como um dos seus objetivos estratégicos a contribuição para a sustentabilidade financeira do SNS e SPMS, e para efeito, tem levado a cabo a revisão do seu modelo de financiamento, bem como a exploração de fontes de receitas alternativas.

Nesta senda, e tal como adotado em 2018, para 2019 a SPMS pretende continuar a desenvolver sistemas e tecnologias de informação que gerem valor ao SNS, que permitam melhorar a monitorização e controlo do orçamento do SNS e a deteção e combate à fraude e ao desperdício. Pretende-se ainda continuar a fomentar a racionalização da Despesa Pública no âmbito da disponibilização de acordos quadro e da aquisição centralizada.

Além disso, será de continuar a apostar na introdução de novos modelos de proposta comercial para os produtos SPMS, identificados como escaláveis. O trabalho dirigido a esta área será encarado como o meio necessário para introduzir um mecanismo de financiamento sustentado em receitas a obter de múltiplas entidades-clientes.

Por outro lado, as mais recentes orientações comunitárias identificam a contratação pública como instrumento de elevado potencial integrador de políticas de cariz económico, social e ambiental, designadamente as vertidas na Estratégia da Europa 2020, de 3 de março de 2010, no Livro Verde, de janeiro de 2011 e nas Diretivas sobre Concessões e Contratos Públicos, 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, de 26 de fevereiro.

Desde a aprovação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas para o período 2008-2010, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio, que constituiu um instrumento orientador relevante, que a SPMS assumiu um papel importante no sentido da integração de critérios ambientais em processos aquisitivos de compras públicas transversais, por via do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Com o objetivo de estimular a adoção de uma política de compras públicas ecológicas, foi aprovada a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020), pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, publicada no Diário da República n.º 145, I Série, de 29 julho de 2016, tendo como propósito essencial constituir-se como um instrumento complementar das políticas de ambiente, concorrendo para a promoção da redução da poluição, a redução do consumo de recursos naturais e, por inerência, o aumento da eficiência dos sistemas.

Compete à Agência Portuguesa do Ambiente I.P., em articulação com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., com a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. e com o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., acompanhar e monitorizar a sua execução.

Para 2019, a SPMS continuará a enveredar por estratégias que visam assim garantir a eficiência e criação de valor baseadas no conceito de sustentabilidade com as três vertentes principais, económica, social e ambiental. Todos os esforços desenvolvidos vão assim no sentido de manter estratégias concertadas de preocupações económicas, sociais e ambientais, nas quais se destacam:



VERTENTE ECONÓMICA

A. MODELO DE FINANCIAMENTO

Desde a sua criação que a SPMS tem vindo a evoluir, no âmbito da sua missão, atribuições e competências. Esta realidade não tem tido reflexo no modelo de financiamento utilizado para custear o seu *core business*, que se tem baseado, essencialmente, para além das transferências provenientes do Orçamento do Estado, na celebração de um contrato programa com a ACSS, a entidade responsável por assegurar a gestão dos recursos financeiros do SNS e em contratos de prestação de serviços com os demais clientes.

Mantém-se, à semelhança de anos anteriores, o desfasamento entre a tramitação necessária para estes instrumentos e a prestação de serviços a que respeitam, que é permanente e contínua. É de salientar que o Contrato-Programa 2018 foi assinado em 07 de fevereiro de 2018, homologado pela tutela da Saúde em 22 de fevereiro de 2018 e só em 28 de setembro de 2018 obteve homologação da tutela das Finanças. Por seu turno, o Contrato-Programa 2019 foi outorgado em 28 de dezembro de 2018, homologado pela tutela da Saúde em 07 de janeiro de 2019, tendo sido remetido de seguida para a tutela das Finanças, obtendo a devida homologação em 05 de agosto.

Tal como se demonstra no quadro seguinte para o último triénio, o processo anual de aprovação do Contrato-Programa e homologação final tem sido marcado por delongas sucessivas, que acabam por obstaculizar seriamente a desejada tempestividade no acesso aos recursos financeiros daquele relevante instrumento de financiamento.

CRONOLOGIA DO CONTRATO-PROGRAMA

	Data de homologação pelo SET	Data do Aviso em DRE	dias decorridos	Data da NE da ACSS	dias decorridos	Data da 1ª fatura da SPMS	dias decorridos	Data do 1º recebimento	dias decorridos	dias decorridos desde a Homologação
2016	03/10/2016	03/11/2016	31	12/12/2016	39	20/12/2016	8	28/12/2016	8	86
2017	14/11/2017	15/12/2017	31	13/12/2017	-2	14/12/2017	1	29/12/2017	15	45
2018	28/09/2018	22/10/2018	24	06/12/2018	45	13/12/2018	7	15/10/2018		17

* recebimento em 2018 referente ao adiantamento previsto de 25%

Efetivamente, uma execução mais eficaz do Contrato-Programa tem, necessariamente, de estar associada a uma acrescida capacitação financeira da SPMS, que passará, naturalmente, por ter acesso à receita do mesmo no início do ano económico e não no seu término, como evidencia o quadro anterior. Só assim será possível lançar em tempo (cumprindo com a tramitação exigida pelo Código dos Contratos Públicos) os procedimentos de aquisição de bens e serviços destinados ao cumprimento do Contrato-Programa e permitir o pagamento dos inerentes encargos aos fornecedores.

Constrangimentos idênticos ocorrem com os outros principais clientes públicos que, pela sua natureza orgânica e características próprias de financiamento, não podem formalizar os contratos que asseguram a faturação dos serviços, não deixando a SPMS, apesar da ausência faturação, de assegurar os serviços sem interrupção.

Neste sentido, tem sido suscitado perante as tutelas do sector e demais intervenientes o debate sobre o modelo de financiamento, tendo em vista uma maior aproximação às expectativas de todos os envolvidos.

B. PAGAMENTO A FORNECEDORES

Nesta vertente, o historial recente evidencia a extrema importância que a SPMS assume com o compromisso de manutenção de prazos de pagamento a fornecedores reduzidos (em regra 30 dias).

Nesta senda, a SPMS continuará comprometida na manutenção das melhores relações comerciais com os seus fornecedores, constituindo-se exemplo de uma boa prática na área da saúde.

C. RECEBIMENTO DE CLIENTES

O prazo médio de recebimento de clientes deverá ser mantido em níveis relativamente baixos em linha com os anos anteriores.

D. VENDA DE SERVIÇOS À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA E REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Pretende-se dar continuidade aos compromissos assumidos e alargar o leque de serviços disponibilizados.

E. CAPTAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Como reforço do financiamento aos projetos da SPMS foram realizadas diversas candidaturas no âmbito do SAMA, prevendo-se assim em 2019 a continuação na obtenção de financiamento referente a processos em curso. Os: projetos europeus/internacionais que terão a sua continuidade em 2019, são: ESPint, ProEmpower, TrilliumII, EHDSI, EMSEG e. HEALTHeID. Obteve-se ainda em 2018 a aprovação de dois novos projetos, designadamente o mHealth Hub e Digital Health Europe.

F. DIVERSIFICAÇÃO DOS CLIENTES E DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Pretende-se prosseguir em 2019 esforços no sentido da diversificação de clientes e de fontes de financiamento, com a criação de novos modelos de negócio, com o desenvolvimento de novos serviços prestados, comercialização de serviços e identificação de novas oportunidades de financiamento externo para projetos nacionais e internacionais, nomeadamente, a continuação das iniciativas com vista à exploração comercial de soluções e consultoria fora do SNS e no estrangeiro.

G. POUPANÇAS NO SNS / CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS DO SNS

A SPMS procura no desenvolvimento da sua atividade promover a eficiência e eficácia dos organismos do SNS, através da obtenção de poupanças nas compras de medicamentos, consumíveis, dispositivos médicos e serviços na área da saúde bem como de equipamentos e serviços de natureza transversal. Por força do n.º 5 do art. 4º da Portaria n.º 227/2014, de 6 de novembro, é publicado no respetivo sítio da Internet um relatório anual de poupança no SNS, que pretende demonstrar as poupanças alcançadas em cada ano através da compra de bens e serviços de saúde ao abrigo de acordos quadro pelas instituições do SNS e pela própria SPMS, e da compra centralizada/agregada de bens e serviços pela SPMS quando mandatada pelas instituições do SNS.

Outras áreas da atividade da SPMS promovem a sustentabilidade económica, nomeadamente, ajudando a promover uma política sustentável na área do medicamento, desenvolvendo os instrumentos necessários para conciliar o rigor orçamental e o acesso à inovação terapêutica, o Registo de Saúde Eletrónico, a criação de condições efetivas para partilha de resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs), o Programa MCDT Sem Papel, a harmonização de conjuntos de dados

de forma a potenciar a investigação clínica e uso secundário de dados através de iniciativas de interoperabilidade.

Também na área da desmaterialização dos certificados, e em alinhamento com a estratégia para a modernização da administração pública em curso nos diferentes ministérios, prevê-se a continuação das ações e manutenção das poupanças decorrentes da desmaterialização dos Certificados para Cartas de Condução, Certificados de Incapacidade Temporária e dos Certificados Multiusos.

No que se refere aos softwares e aplicativos desenvolvidos pela SPMS mantém-se a sua implementação nas instituições do SNS, com comprovadas reduções de custos em licenciamento em softwares de mercado, nomeadamente através da generalização do software das urgências, do SONHO, do RHV a todas as instituições do SNS, entre outras.

Prevê-se igualmente a continuidade do apoio prestado pela SPMS às instituições do SNS na preparação de candidaturas ao programa SAMA na área dos Sistemas de Informação ou outras áreas de competência.

VERTENTE SOCIAL

A Responsabilidade Social é um tema que tem vindo a merecer particular atenção por parte da SPMS.

A criação do projeto de Responsabilidade Social surgiu na SPMS de forma espontânea por um grupo de colaboradores desta entidade que mereceu o maior apoio do Conselho de Administração. A lista de atividades a desenvolver foi construída com base nas sugestões dos colaboradores da SPMS no âmbito do desafio lançado pelo Conselho de Administração. Para 2019, perspetiva-se a continuação da realização de ações nas áreas de Contribuição Social e de Bem-Estar.

Foram, igualmente, criadas novas instalações para os colaboradores e foram desenvolvidos protocolos/acordos com diversas empresas de vários ramos de atividades, que permitem facilidades de acesso a serviços, e cuja lista se pretende seja periodicamente atualizada e/ou alargada.

VERTENTE AMBIENTAL

Diversas iniciativas e atividades desencadeadas no desenvolvimento da atividade da SPMS têm significativo impacto na sustentabilidade ambiental, destacando-se, entre outras:

- i. Processo de desmaterialização da prescrição de exames e de CRD do SNS.
- ii. Processo desmaterialização de processos e procedimentos internos da SPMS.
- iii. Implementação de um posto de transformação de microgeração.
- iv. Substituição das lâmpadas de halogénio por lâmpadas de leds em todos os edifícios da SPMS.
- v. Participação no grupo de acompanhamento e monitorização para a Estratégia Nacional das Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020).
- vi. Participação no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).

- vii. Aquisição de bens que incorporam técnicas mais amigas do ambiente, designadamente a formação de um Acordo Quadro para o Fornecimento de Lâmpadas de Tecnologia LED (*Light-Emitting Diode*) na área da saúde.

De referir que a sustentabilidade ambiental só é possível se, em parceria com as estratégias específicas de combate às alterações climáticas forem tidas em consideração a vertente da gestão eficiente dos recursos, dinamizar mercados ambientalmente mais responsáveis e potenciar as boas práticas da reciclagem e da poupança de recursos e energia.

Através das compras públicas ecológicas verifica-se uma intervenção positiva a vários níveis: as próprias entidades públicas tornam-se mais “amigas do ambiente”, criam tendências ecológicas entre os cidadãos e estimulam a inovação e a criação e desenvolvimento de novas tecnologias mais eficientes, estimulando, desta forma a economia, ao mesmo tempo que contribuem para melhorar as condições ambientais presentes e futuras.

Este acordo quadro irá ajudar as instituições de saúde a substituir a iluminação atual por iluminação de tecnologia LED, sendo sobejamente conhecidas as vantagens das lâmpadas LED ao nível da Sustentabilidade; Baixo consumo; Tempo de vida e Robustez.

Aliado às vantagens supra mencionadas, o acordo quadro incorporará cláusulas contratuais específicas com critérios ambientais, como por exemplo, a exigência de recolha e envio para reciclagem das lâmpadas antigas sem custos para as instituições de saúde, contribuindo desta forma para a redução nos consumos de eletricidade; utilização de novas tecnologias com maior ciclo de vida, o que reduz a necessidade de substituição e consequentemente o volume de lixo e a destruição controlada por via de reciclagem do material retirado.

Importa ressaltar que a feitura do acordo quadro é facilmente mensurável, contudo em termos de estimativa de impacto orçamental apenas será possível quantificar aquando do desenvolvimento do procedimento de compra ao abrigo deste acordo quadro por cada uma das instituições de saúde.

CAPÍTULO II - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2019

2.1. ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

O **Plano de Atividades de 2019** alicerçou-se nas orientações de natureza financeira e política definidas pela tutela, bem como nos objetivos estratégicos constantes no Plano Estratégico da SPMS, para o horizonte temporal de 2017-2019.

Neste contexto, a metodologia para feitura do presente plano foi a seguinte:

- i. Revisitou-se o Plano Estratégico da SPMS, que estabelece as prioridades do Conselho de Administração, para o mandato do triénio 2017/2019;
- ii. Levou-se a cabo um exercício de consulta às diversas direções e uma reflexão sobre a missão, as atuais atribuições e as principais linhas de atuação da SPMS, perspetivando-se os principais eixos de desenvolvimento futuros;
- iii. Entendeu-se que, para 2019, a SPMS deve continuar a reforçar o seu posicionamento como uma empresa pública moderna, inovadora, sustentável e exportadora de conhecimento nas áreas das suas competências que acrescente valor à saúde.
- iv. Numa primeira fase, definiram-se os objetivos operacionais, para o ano 2019, por cada uma das unidades orgânicas, considerando os recursos disponíveis e o alinhamento global com os objetivos estratégicos da SPMS.
- v. Atribuíram-se ponderações aos objetivos operacionais de forma a aferir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos estratégicos;
- vi. Determinou-se que os indicadores (que permitem avaliar o grau de execução dos objetivos operacionais) e metas a atingir em 2018, bem como as iniciativas previstas por cada direção que alimentam os objetivos operacionais, seriam detalhados numa segunda fase.

De referir, que esta atividade planeada (assim como a atividade contratualizada em sede Contrato-Programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.) é objeto de monitorização e acompanhamento mensal nas Reuniões de Planeamento e Controlo Operacional (nas quais estão presentes o Conselho de Administração, Diretores e Coordenadores).

Para o efeito, a SPMS tem apostado num processo de recolha, tratamento de informação mais automatizado e otimizado, que resulta na apresentação mais organizada, customizada e de fácil interpretação de elementos pertinentes para a organização. É mediante ferramentas de *business intelligence* que estes dados são apresentados mensalmente, possibilitando ao Conselho de Administração a tomada de decisão superior, controlar os níveis de implementação da estratégia, identificar atempadamente eventuais desvios que exijam a adoção de medidas de adaptação, delinear planos de mitigação do risco, ou reorientação do caminho que está a ser seguido.

2.2. MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2019

A. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tal como referido no ponto anterior, para efeitos de elaboração do Plano de Atividades 2019, foi efetuado um mapeamento entre os objetivos operacionais de cada direção e os 6 objetivos estratégicos da SPMS.

De referir que, no mandato 2017-2019, a SPMS tem 6 objetivos estratégicos que estão em alinhamento com a missão e visão da empresa, com a estratégia do Governo e da tutela da Saúde e com as necessidades dos clientes. Estas são reconhecidas por todos os colaboradores da SPMS, na prossecução das respetivas atividades diárias.

Neste enquadramento, os **objetivos estratégicos** assumidos pelo Conselho de Administração, para o triénio em referência, são:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
OE 1	CONSOLIDAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS ENTIDADES DO SETOR DA SAÚDE FOCO: - Na manutenção de um elevado nível de ambição no sentido da melhoria da Saúde em Portugal, pelo que de entre as áreas a ampliar e a consolidar, a área das Compras ganhará destaque através de um alargamento das categorias que serão tratadas centralmente, e neste âmbito inclui-se o processo de centralização da gestão da frota automóvel do Ministério da Saúde e o reforço nas compras de medicamentos, consumíveis, dispositivos médicos e serviços na área da saúde, bem como de bens e serviços de natureza transversal. - Por outro lado, a articulação operacional culminando com a transferência de competências na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC) das ARS para a SPMS, inscreve-se igualmente neste objetivo de melhores serviços prestados numa lógica de centralização, partilha e eficiência. No caso das tecnologias e sistemas de informação este objetivo exigirá assegurar a atualização tecnológica de produtos core e acomodar os desafios dos novos domínios do "Digital". - No assumir cada vez mais um papel de coordenador e regulador, mas simultaneamente prestador, dentro das áreas que lhe estão confinadas, designadamente na área dos sistemas de informação, logística e compras do Ministério da Saúde.
	AFIRMAR O PAPEL DA SPMS NA GESTÃO DO RELACIONAMENTO DO CIDADÃO COM SNS FOCO: - A centralidade do cidadão no Sistema de Saúde e a sua participação ativa no acesso à informação e aos cuidados de saúde, bem como a responsabilidade pelo seu projeto de saúde deve ser incrementada e apoiada por ferramentas robustas disponibilizadas a nível da promoção e proteção da saúde e da prestação de cuidados. As áreas da tele saúde, teleconsulta, telemonitorização e ainda a oferta de serviços eletrónicos ao Cidadão numa lógica omnicanal ganham capital expressão. - Mais se destaca a este nível e adentro do desígnio da transformação digital em Saúde, o Registo de Saúde Eletrónico e Registo Clínico do Utente que se inscrevem como projetos prioritários e a desenvolver.

	- Por outro lado, invocando uma viragem no paradigma da informação que é disponibilizada e a partir do momento em que se assumiu uma diferente forma de partilhar a informação de saúde com o cidadão, há que continuar nesta forma de estar em relação com a comunidade no que toca à informação institucional, insistindo em novas abordagens e no dinamismo reforçado dos dados relevantes e transversais das diversas entidades da saúde. - A destacar ainda o trabalho colaborativo com os vários sectores de atividade que concorrem para as políticas públicas saudáveis, que se pretende manter e ampliar e que será realizado em articulação com as demais entidades do setor da Saúde, envolvendo os novos domínios da Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.
OE 3	IDENTIFICAR E DESENVOLVER ÁREAS NOVAS E COMPLEMENTARES DE SERVIÇOS SPMS FOCO: - A posição centralizadora da SPMS no que toca ao fornecimento de soluções tecnológicas de suporte à promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados de saúde das diversas entidades do MS, será continuamente reforçada, conservando a matriz de uma forte intervenção nos serviços de compras e logística. - Numa outra vertente será introduzida e fomentada a capacidade de escalar áreas de negócio com identificação das soluções tecnológicas escaláveis que possam ser transfundidas dentro e para além dos limites do SNS. - A linha de serviços partilhados deverá ser identicamente revisitada e introduzidas novas componentes com maior aproveitamento da capacitação interna em áreas específicas de suporte, designadamente Recursos Humanos e formação, comunicação centralizada, serviços financeiros e jurídicos, apostando assim em soluções partilhadas transversais que permitam gerar poupança aos organismos do MS.
OE 4	CONTRIBUIR PARA A INOVAÇÃO, A INVESTIGAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA SAÚDE FOCO: - A SPMS tem vindo a assumir um papel de agente facilitador da inovação na área da saúde, oferecendo ferramentas de suporte e apoiando a criação de uma plataforma que promova a articulação de entidades e iniciativas de diversas naturezas (prestadores, fornecedores, investigadores, etc.). - Face à relevância, complexidade e dimensão do setor, coexistem múltiplas iniciativas de inovação, nomeadamente de entidades atuando isoladamente (empresas ou universidades), de <i>Think Tanks</i> transversais (exemplo, “Inovar na Saúde”; “eHealth Summit”) ou de ecossistemas de apoio ao empreendedorismo (como a “healthcarecity”). - A SPMS vai desempenhar cada vez mais o papel de pivot e de catalisador, bem como de agregar esforços de inovação das múltiplas entidades que atuam neste domínio, sejam elas públicas ou privadas, da indústria ou das universidades, procurando direcioná-las para as necessidades do SNS.
OE 5	REVER O MODELO ORGANIZACIONAL E OPERATIVO E ESTIMULAR, OTIMIZAR E CAPACITAR OS RECURSOS HUMANOS FOCO: - A atuação da SPMS e os desafios a defrontar implicam rever e alterar a estrutura organizacional e física da SPMS quer ao nível do dimensionamento e espaço físico, quer ao nível das próprias ferramentas de trabalho, bem como a reforçar os seus recursos e as suas competências. - Entre a introdução de novas modalidades de trabalho e ferramentas de apoio à gestão, a componente formação será alvo de um investimento teórico prático nas áreas entendidas como críticas. - A cultura da proteção de dados, a definição e agilização da gestão por processos, a gestão documental com base na desmaterialização e a comunicação interna são áreas também a fortalecer.

OE 6	CONTRIBUIR PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SNS E DA SPMS, REVENDO O SEU MODELO DE FINANCIAMENTO E EXPLORANDO FONTES DE RECEITA ALTERNATIVAS FOCO:  A SPMS vai continuar a desenvolver sistemas e tecnologias de informação que gerem valor ao SNS, que permitam melhorar a monitorização e controlo do orçamento do SNS e a deteção e combate à fraude e ao desperdício.  Pretende-se ainda continuar a fomentar a racionalização da Despesa Pública no âmbito da disponibilização de acordos quadro e da aquisição centralizada.  Terão de ser maturados e introduzidos modelos de proposta comercial para os produtos SPMS, identificados como escaláveis, modelos esses balizados no mínimo por 4 dimensões transversais: 1. Desenvolvimento, 2. Comercialização, 3. Implementação sistemas; 4. Formação.  Estas por sua vez incluirão especificidades a valorizar e que no seu todo irão se refletir no respetivo modelo de <i>pricing</i>, que por seu turno terá de necessariamente considerar critérios de custo e posicionamento relativo no mercado. O trabalho dirigido a esta área terá de ser encarado como o meio necessário para introduzir um mecanismo de financiamento sustentado em receitas a obter de múltiplas entidades-clientes. Tal será precedido dum investimento nos mecanismos de registo de domínio e propriedade intelectual.  Estrategicamente o desenvolvimento de uma relação comercial mais forte com clientes múltiplos e fora do círculo de conforto da SPMS, cria uma oportunidade estratégica para reforçar a dimensão de relação e gestão de clientes, que terá de ser uma prioridade, mas que depois muito beneficiará a melhoria dos processos de prestação que são também dirigidos ao SNS.
------	--

OBJETIVOS OPERACIONAIS

Conforme descrito no ponto 3.1., identificaram-se os objetivos operacionais em alinhamento com os objetivos estratégicos da SPMS. Foi, assim, coligido o seguinte número de objetivos operacionais, por cada unidade orgânica da SPMS, a contribuir para a execução de cada objetivo estratégico:

DIREÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DSI, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
CLARIFICAR AS COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES DE ESTRUTURAS REGIONAIS DO MS, NO QUE CON CERNE ÀS TIC, PROMOVENDO O MODELO DE SERVIÇOS PARTILHADOS	20%	X					
FOMENTAR A CULTURA DE SERVIÇO E LEVAR A CABO AÇÕES PRÓ-ATIVAS PARA ASSEGURAR UM ELEVADO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	25%	X	X				
FORMALIZAR PROCESSOS INTERNOS E PROMOVER A SUA UTILIZAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	15%					X	
ELABORAR ANÁLISE CBA DE INICIATIVAS/PROJETOS LEVADOS A CABO PELA DSI	10%					X	X
ASSEGURAR A PRESENÇA DA SPMS EM INICIATIVAS E PROJETOS INTERNACIONAIS, RELACIONADAS COM A INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO NA ÁREA DAS TIC.	15%			X	X		
DESENVOLVER PROGRAMAS E PROJETOS INOVADORES COM RECURSO A NOVAS TECNOLOGIAS OU A MODELOS DE DESENVOLVIMENTO INOVADORES, NO ÂMBITO DAS TIC.	15%			X	X		

DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (DCBST)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DCBST, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS TRANSVERSAIS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
LANÇAR NOVOS ACORDOS QUADRO EM CATEGORIAS ESTRATÉGICAS PARA AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE.	25%	X					
AUMENTAR O N.º DE CATEGORIAS OBJETO DE AGREGAÇÃO CENTRALIZADA	25%	X					
DOTAR OS RH DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA O DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES	20%				X		
AGILIZAR O PROCESSO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO AO ABRIGO DO DESPACHO N.º 11253/2013	20%	X					
PARTICIPAR EM ESTRATÉGIAS NACIONAIS NA ÁREA DAS COMPRAS	5%						X

AUXILIAR AS ENTIDADES DO MS EM PROCEDIMENTOS DE COMPRA DE GRANDES PROJETOS	5%	X					
--	----	---	--	--	--	--	--

 DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS DE SAÚDE (DCBSS)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DCBSS, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS DA SAÚDE	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
AUMENTAR ACESSIBILIDADE DO CIDADÃO AO SNS ATRAVÉS DE AQUISIÇÕES CENTRALIZADAS ESTRATÉGICAS	20%		X				
IMPLEMENTAR NOVAS METODOLOGIAS DE <i>PROCUREMENT</i> INTERNACIONAL	10%				X		
DEFINIR E DISPONIBILIZAR CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DO SNS	10%			X			
DOTAR OS RH DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS NA ÁREA DO <i>PROCUREMENT</i> E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	20%				X	X	
ADAPTAR OS ACORDOS QUADRO DE MEDICAMENTOS E DISPOSITIVOS MÉDICOS ÀS NECESSIDADES HOSPITALARES	30%	X					
PROMOVER ECONOMIA DE ESCALA E PROCESSUAL	10%						X

 DIREÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS INTERNAS (DCPI)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DCPI, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS INTERNAS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
OTIMIZAR A GESTÃO DAS AQUISIÇÕES DA SPMS, EPE	25%	X					X
OTIMIZAR A GESTÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DA SPMS	25%	X					X
MELHORAR O CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS E A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES INTERNOS DA SPMS	25%	X					X
GARANTIR A CAPACITAÇÃO DE RH DA SPMS	10%					X	
PROMOVER A NORMALIZAÇÃO E DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS INTERNOS.	10%			X	X		
CERTIFICAR PROCESSOS POR FORMA À MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS	5%			X	X		

 DIREÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TELESÁUDE E CENTRO DE CONTACTO DO SNS (DCNTS)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DCNTS, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
DIREÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TELE SAÚDE	PESO	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
TORNAR O SNS24 O FRONT OFFICE DO SNS DE FORMA PROGRESSIVA	50%	X	X				
ABRIR O CNTS AO EXTERIOR	50%		X		X		

 DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DF, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
DIREÇÃO FINANCEIRA	PESO	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE PAGAMENTO	20%		X				
ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REPORTE EXTERNO	20%		X				
PRODUZIR INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO DE FORMA REGULAR E TEMPESTIVA	20%						X
CONSOLIDAR O SISTEMA DE CUSTEIO DA SPMS	20%						X
REFORÇAR O CONTROLO DE GESTÃO	20%						X

 DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS (DCRP)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DCRP, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	PESO	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
CONSOLIDAR A MARCA SPMS ATRAVÉS DA UNIFORMIZAÇÃO/PADRONIZAÇÃO DE TODA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	20%	X					
REFORÇAR OS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE O SNS, O CIDADÃO E O PROFISSIONAL DE SAÚDE	20%		X				
INTERNACIONALIZAR O KNOW-HOW TÉCNICO DA SPMS, PROMOVER A PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS COM OS PARCEIROS DOS PROJETOS E DIVULGAR O PAPEL DA SPMS NA INTERNACIONALIZAÇÃO	20%				X		
ESTIMULAR O USO FREQUENTE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E VALORIZAR A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	20%					X	

ATUALIZAR INFORMAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS E PRODUTOS SPMS	20%	X					
--	-----	---	--	--	--	--	--

DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DRH, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
DESMATERIALIZAR OS PROCESSOS DE RECURSOS HUMANOS - DRH SIMPLEX.	20%					X	
ELABORAR DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DE TODOS OS POSTOS DE TRABALHO DA SPMS	20%						X
AUMENTAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO NO DESENVOLVIMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DA DRH	10%					X	
AUMENTAR O NÚMERO DE ENTIDADES DO SNS E MS QUE UTILIZAM A PLATAFORMA DE ENSINO À DISTÂNCIA “ESTUDO”.	20%	X					
AUMENTAR O NÍVEL DE SATISFAÇÃO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FORMATIVA.	10%					X	
AUMENTAR O NÚMERO DE AÇÕES PROMOVIDAS PELA ACADEMIA, INDEPENDENTEMENTE DA MODALIDADE	20%						X

DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (DAJC)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DAJC, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
CONTRIBUIR PARA A DEFINIÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA EMPRESA	40%					X	
DESENVOLVER POLÍTICAS PREVENTIVAS E DE GESTÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	20%					X	
ASSEGURAR UM ELEVADO GRAU DE EFICIÊNCIA NA RESPOSTA AOS PEDIDOS INTERNOS	20%		X				
ASSEGURAR A ANÁLISE E PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA SPMS	20%		X				

 DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DPDO)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da DPDO, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DA SPMS, VISANDO A CERTIFICAÇÃO PELA NP EN ISO 9001:2015	20%					X	
ANALISAR, OTIMIZAR E COSTUMIZAR OS PROCEDIMENTOS INTERNOS DA SPMS	20%			X		X	
RECOLHER, TRATAR E ANALISAR DADOS QUE APOIEM A TOMADA DE DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10%					X	
MONITORIZAR E REPORTAR A ATIVIDADE REALIZADA (INTERNA E CONTRATUALIZADA)	15%	X				X	
DESENVOLVER RELATÓRIOS TÉCNICOS/DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	15%					X	
CONTRATUALIZAR, ACOMPANHAR E MONITORIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS COM CLIENTES (ACSS E DGS)	20%	X	X				

 DIREÇÃO DO CENTRO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO CNS (CCM SNS)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais do CCM SNS, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DIREÇÃO DO CENTRO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO SNS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
REVER OS ATUAIS PROCESSOS DE CONFERÊNCIA E AUMENTAR O NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE MELHORIA CONTÍNUA E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS OPERACIONAIS	20%					X	
ALARGAR O SERVIÇO DE CONFERÊNCIA A OUTRAS ÁREAS DE DESPESA DO SNS	40%	X					
DESENVOLVER APLICAÇÃO DE VISUALIZAÇÃO, REPORTING E MONITORIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO	20%					X	
RENOVAR O PORTAL, EXPANDIR AS FUNCIONALIDADES E CRIAR NOVAS ÁREAS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E UTENTES DO SNS	20%			X			

UNIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS (USP)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da USP, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UNIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
PROMOVER A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARTILHADOS QUE ASSEGUREM RECEITAS PRÓPRIAS	50%						X
CONFIGURAR SERVIÇOS/PRODUTOS COM POTENCIAL INTERNACIONALIZAÇÃO	10%				X		
CONSOLIDAR O PORTFOLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	30%			X			
NORMATIZAR O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	10%					X	

UNIDADE DE GESTÃO DE FRAUDE E EXPLORAÇÃO DA INFORMAÇÃO (UGFEI)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da UGFEI, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UNIDADE DE GESTÃO DA FRAUDE E EXPLORAÇÃO DA INFORMAÇÃO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
DESENVOLVER PLATAFORMA ANALÍTICA PARA ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E CONTROLO DO RISCO DE FRAUDE E DE DESPERDÍCIO (MODELO PREDITIVO).	20%			X			
DESENVOLVER A APLICAÇÃO DE EXPLORAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFERIDA, BEM COMO PROCEDER AO APURAMENTO DOS INDICADORES DE RISCO DE FRAUDE E DE DESPERDÍCIO, SUA VISUALIZAÇÃO E REPORTING.	50%					X	
DESENVOLVER E MELHORAR O ATUAL MODELO ANALÍTICO DE RISCO.	30%	X					

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (UAI)

- ✓ Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados, os **objetivos operacionais da UAI, para 2019**, são os seguintes:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
ELABORAR PLANO DE AUDITORIAS PARA 2019, RESPETIVA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO	20%	X					
REALIZAR AUDITORIAS A PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ORGANIZACIONAIS DA SPMS	20%	X					
ACOMPANHAR AS RECOMENDAÇÕES IDENTIFICADAS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA E EXTERNA	20%	X					

ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE REPORTE A ENTIDADES EXTERNAS	20%	X					
ASSEGURAR A AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO DOS SERVIÇOS DA SPMS	10%					X	
ELABORAR, MONITORIZAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS NA SPMS	10%					X	

CAPÍTULO III | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

NOTA PRÉVIA

Não obstante o aumento das responsabilidades que impendem sobre a SPMS em face das múltiplas atividades que sobre si recaem, inverteu-se o crescimento no financiamento verificado nos últimos anos, porquanto, tal como mencionado no sumário executivo, se ter verificado uma redução global de 30 M€¹ nas verbas do orçamento proposto para 2019 (-28%), mormente o exercício de orçamentação respetivo ter tido por base os plafonds aprovados superiormente pela entidade coordenadora do Programa Orçamental da Saúde, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.. Ficam assim em causa investimentos previstos que não se poderão realizar, como seja nas infraestruturas de suporte aos sistemas de informação dos Cuidados de Saúde Primários que tinha previsto um financiamento de 12,5 M€.

O acima referido pode ser espelhado no quadro seguinte, bem como nos anexos que se juntam, referente à aprovação dos plafonds pela ACSS, a proposta de orçamento submetida e o mapa da aprovação final, mediante o qual a SPMS ficou a conhecer a redução indicada (cfr. **Anexos VII, VIII e IX**).

ORÇAMENTO DE RECEITA 2019

Fonte de Financiamento	Rubrica Económica	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Proposto	Aprovado	Diferença	Observações
319 - Transf. AP	06.03.07.A0	30 000 000 €	40 000 000 €	44 000 000 €	24 000 000 €	- 20 000 000 €	Acordo de Manutenção
319 - Transf. AP	06.03.07.B0	- €	9 266 844 €	8 266 844 €	8 266 844 €	- €	Centro de Contacto SNS24
319 - Transf. AP	06.03.07.C0	- €	- €	2 392 894 €	2 392 894 €	- €	Centro Controlo Monit SNS
subtotal		30 000 000 €	49 266 844 €	54 659 738 €	34 659 738 €	- 20 000 000 €	
511 - Rec Próprias	07.02.99.A0	18 188 994 €	30 188 994 €	42 741 613 €	32 741 613 €	- 10 000 000 €	Contrato-Programa ACSS
511 - Rec Próprias	07.02.99.D0	12 625 500 €					
513 - Rec Próprias	05.03.01	1 000 €	- €	1 000 €	1 000 €	- €	
513 - Rec Próprias	07.02.99.B0	3 065 099 €	3 490 989 €	1 486 493 €	1 486 493 €	- €	
513 - Rec Próprias	07.02.99.C0	7 669 414 €	5 129 812 €	3 682 904 €	3 682 904 €	- €	
subtotal		41 550 007 €	38 809 795 €	47 912 010 €	37 912 010 €	- 10 000 000 €	
411 - FEDER	06.09.01	592 859 €	1 853 540 €	1 853 540 €	1 853 540 €	- €	
482 - Outras	06.09.01	270 178 €	507 381 €	865 733 €	10 865 733 €	10 000 000 €	
subtotal		863 037 €	2 360 921 €	2 719 273 €	12 719 273 €	10 000 000 €	
TOTAL OE 2019		72 413 044 €	90 437 560 €	105 291 021 €	85 291 021 €	- 20 000 000 €	
		variação	25%	16%	-6%		

As Demonstrações Financeiras Previsionais, que a seguir se apresentam, incorporam ainda a internalização na esfera pública do Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, cuja exploração ascende a 2,4M€ em 2019.

A informação económica e financeira do presente documento reflete a informação conhecida na presente data, designadamente, a Prestação de Contas do exercício de 2018 e o orçamento aprovado para 2018,

¹ Não se considera exequível o aumento administrativo de 10M€ em financiamentos comunitários (Fonte de Financiamento 482)

no montante total de 90.437.560,00€, o que correspondeu a um aumento de 220% face à despesa efetiva executada em 2016 (41.163.276,00€) e um aumento de 44% face ao orçamento para 2017.

A SPMS poderia ter apresentado melhores resultados financeiros da sua atividade corrente e consequentemente uma melhoria da diferença entre o património líquido (capital próprio) e o capital social nos anos transatos, se não estivesse obrigada à entrega do saldo orçamental à ACSS, nos termos de disposição constante na Lei do Orçamento de Estado que desconsidera a natureza empresarial da SPMS, situação que se espera e deseja inverter no futuro próximo.

Como se pode verificar no quadro infra, a projeção trienal da Demonstração de Resultados apresenta resultados positivos para todos os anos do triénio, sendo de destacar o aumento sustentado do EBITDA. No que respeita ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, prevê-se uma diminuição em 2019 e estabilização do mesmo até 2021.

Indicadores	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
EBITDA	5 642 970,48 €	10 501 877,00 €	10 648 902,00 €	10 829 933,00 €
EBIT	3 791 739,21 €	7 690 922,00 €	6 309 852,00 €	5 407 236,00 €
% Gastos Operacionais (FSE+GCP) / Volume de Negócios	324,0%	186,5%	186,5%	186,5%
Resultado Líquido do período	3 048 987,56 €	5 729 737,00 €	4 700 840,00 €	4 028 391,00 €

BALANÇO COM EVOLUÇÃO A 3 ANOS: 2017 (REAL), 2018(PAO), 2018 (REAL) E 2019 (PREV.)

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2017 (real)	31DEZ2018(PAO)	31DEZ2018 (real)	31DEZ2019 (prev.)
ATIVO				
Ativo não corrente	3 022 581,27	7 113 746,36	6 810 463,52	10 516 159,74
Ativos fixos tangíveis	1 687 765,17	6 572 490,64	4 948 249,86	9 325 640,98
Ativos intangíveis	1 334 816,10	541 255,72	1 862 213,66	1 190 518,76
Ativo Corrente	21 246 276,19	13 586 216,65	19 629 740,99	14 889 555,19
Clientes, contribuintes e utentes	5 021 994,16	3 241 329,14	12 759 856,34	3 131 548,54
Estado e outros entes públicos	269 591,77	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber	2 136 644,07	2 136 644,07	3 123 470,35	3 123 470,35
Diferimentos	2 296 151,97	800 000,00	774 683,58	774 683,58
Caixa e depósitos	11 521 894,22	7 408 243,44	2 971 730,72	7 859 852,72
Total do Ativo	24 268 857,46	20 699 963,01	26 440 204,51	25 405 714,93
Rubricas	31DEZ2017 (real)	31DEZ2018(PAO)	31DEZ2018 (real)	31DEZ2019 (prev.)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	25 637 140,00	25 637 140,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	0,00	0,00	4 456 980,17	5 066 777,68
Resultados transitados	-26 772 940,21	-28 542 197,79	-32 520 331,22	-30 081 141,17
Outras variações no Património Líquido	5 407 487,22	5 407 487,22	5 747 487,22	5 747 487,22
Resultado líquido do período	-1 769 257,58	265 074,53	3 048 987,56	5 729 737,00
Total do Património Líquido	2 502 429,43	2 767 503,96	6 993 812,73	12 723 549,73
PASSIVO				
Passivo não corrente	350 851,08	350 000,00	250 708,11	250 708,11
Provisões	350 851,08	350 000,00	250 708,11	250 708,11
Passivo Corrente	21 415 576,95	17 582 459,03	19 195 683,67	12 431 457,09
Fornecedores	2 731 738,68	2 621 765,76	9 184 966,56	2 238 133,17
Estado e outros entes públicos	586 868,61	90 730,20	1 591 153,16	2 349 921,25
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	315 416,98	0,00
Outras contas a pagar	18 096 969,66	14 869 963,07	3 399 527,23	3 138 782,93
Diferimentos			4 704 619,74	4 704 619,74
Total do passivo	21 766 428,03	17 932 459,03	19 446 391,78	12 682 165,20
Total do Património Líquido e Passivo	24 268 857,46	20 699 962,99	26 440 204,51	25 405 714,93

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 3 ANOS: 2017 (REAL), 2018(PAO), 2018 (REAL) E 2019 (PREV.)

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2017(real)	31DEZ2018(PAO)	31DEZ2018(real)	31DEZ2019 (prev.)
Prestações de serviços	16 396 383,74	31 622 723,28	19 936 703,13	30 846 529,00
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	24 800 824,86	47 968 559,18	50 516 581,59	37 379 011,00
Fornecimentos e Serviços Externos	-29 965 132,13	-57 780 200,00	-55 441 878,10	-47 760 500,00
Gastos com pessoal	-9 572 555,75	-13 543 936,56	-9 144 049,42	-9 763 189,00
Provisões (aumentos/reduções)	160 306,33	0,00	86 308,57	0,00
Outros rendimentos e ganhos	640 849,49	200 000,00	624 097,85	498 359,00
Outros gastos e perdas	-1 956 632,79	-4 399 300,70	-934 793,14	-698 333,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	504 043,75	4 067 845,20	5 642 970,48	10 501 877,00
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-2 268 492,10	-3 712 040,47	-1 851 231,27	-2 810 955,00
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	-1 764 448,35	355 804,73	3 791 739,21	7 690 922,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	-1 815,06	0,00
Resultado antes de impostos	-1 764 448,35	355 804,73	3 789 924,15	7 690 922,00
Imposto sobre o rendimento	-4 809,23	-90 730,21	-740 936,59	-1 961 185,00
Resultado líquido do período	-1 769 257,58	265 074,52	3 048 987,56	5 729 737,00

FLUXOS DE CAIXA A 3 ANOS: 2017 (REAL), 2018(PAO), 2018 (REAL) E 2019 (PREV.)

Un: Eur.

	31DEZ2017(real)	31DEZ2018 (PAO)	31DEZ2018 (real)	31DEZ2019 (prev.)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	23 162 531,84	40 676 614,66	20 561 328,94	47 539 318,77
Pagamentos a fornecedores	-34 009 433,76	-63 032 351,35	-55 608 129,26	-60 662 029,39
Pagamentos ao pessoal	-7 871 951,53	-10 327 251,63	-8 046 591,19	-8 591 422,35
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-18 718 853,45	-32 682 988,32	-43 093 391,51	-21 714 132,97
Outros Recebimentos / Pagamentos	26 283 341,23	38 569 337,54	38 878 974,06	34 616 091,19
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)	7 564 487,78	5 886 349,22	-4 214 417,45	12 901 958,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-660 102,25	-9 473 460,00	-3 314 016,46	-7 753 836,36
Ativos intangíveis	-1 296 509,91	-526 540,00	-1 645 278,59	-259 999,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)	-1 956 612,16	-10 000 000,00	-4 959 295,05	-8 013 836,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			623 549,00	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)	0,00	0,00	623 549,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (a + b + c)	5 607 875,62	-4 113 650,78	-8 550 163,50	4 888 122,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	5 914 018,60	11 521 894,22	11 521 894,22	2 971 730,72
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	11 521 894,22	7 408 243,44	2 971 730,72	7 859 852,72
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
- Equivalentes a caixa no início do período	5 914 018,60	11 521 894,22	11 521 894,22	2 971 730,72
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	5 914 018,60	11 521 894,22	11 521 894,22	2 971 730,72
De execução orçamental	5 286 214,00	10 694 221,00	10 694 221,00	2 170 569,38
De operações de tesouraria	627 804,60	827 673,22	827 673,22	801 161,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período				
- Equivalentes a caixa no fim do período	11 521 894,22	7 408 243,44	2 971 730,72	7 859 852,72
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	11 521 894,22	7 408 243,44	2 971 730,72	7 859 852,72
De execução orçamental	10 694 221,00	6 608 243,44	2 170 569,38	7 058 691,38
De operações de tesouraria	827 673,22	800 000,00	801 161,34	801 161,34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

PRESSUPOSTOS

Foram adotados, sempre que aplicável, os pressupostos macroeconómicos divulgados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício n.º 4219, de 14 de agosto de 2018, atualizados por e-mail no dia 21 de agosto, conforme o Programa de Estabilidade 2018-2022:

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

INDICADORES	2019'(p)	2020'(p)	2021'(p)
Taxa de variação do PIB	2,3	2,3	2,2
Consumo Privado	2,0	2,0	2,0
Consumo Público	-0,1	-0,1	-0,2
Investimento (FBCF)	7,0	7,1	6,4
Exportações de Bens e Serviços	4,8	4,2	4,2
Importações de Bens e Serviços	5,0	4,5	4,5
Taxa de inflação	1,4	1,4	1,7

As projeções económico-financeiras deste documento tiveram em consideração, tão-só, a especificidade da ação da SPMS, adstritas, particularmente, ao cumprimento do Acordo de manutenção e do Contrato-Programa com a ACSS, e como tal, estão dependentes da sua boa execução para a otimização do respetivo desempenho e ganhos de produtividade.

Neste contexto, os pressupostos que presidiram à elaboração do PAO2019 decorrem sobretudo da perspetiva existente sobre a execução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e sobre o Contrato-Programa para o triénio 2018-2020.

ORÇAMENTAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE E DO CONTRATO-PROGRAMA COM A ACSS

Un: Eur.

Resumo do Orçamento proveniente direta e indiretamente de Receitas Gerais - ACSS				
Componentes	Orçamento da Receita de 2018	Ofício da ACSS n.º 48268/2018 para 2019	Orçamento da Receita de 2019	Variação 2018 vs 2019
<i>RG OE - Prestações de Serviços em Contínuo (acordo de manutenção)</i>	40 000 000,00	44 000 000,00	24 000 000,00	-16 000 000,00
<i>RG OE - Centro de Controlo e Monitorização do SNS</i>	0,00	2 392 894,00	2 392 894,00	2 392 894,00
<i>RG OE - Centro de Contacto SNS24</i>	9 266 844,00	8 266 844,00	8 266 844,00	-1 000 000,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - Projetos em Desenvolvimento</i>	30 188 994,00	30 188 994,00	32 741 613,00	2 552 619,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - PRESI.CSP</i>	0,00	12 552 619,00	0,00	0,00
TOTAL	79 455 838,00	97 401 351,00	67 401 351,00	-12 054 487,00

Como se pode verificar, o aumento proposto em cerca de 16M€ apresentado na primeira versão do orçamento da SPMS, sustenta-se nas orientações da tutela comunicadas através de Ofício da ACSS n.º 48268/2018/DFI/UOC/ACSS, de 20 de agosto (cfr. **Anexo X**). Mas o orçamento efetivamente aprovado representa uma quebra de 12M€ face ao orçamento inicial de 2018, o que poderá inviabilizar o normal funcionamento da SPMS. De notar que a redução de 16M€ em receitas gerais afeta diretamente a fonte

de financiamento que é usada para pagar vencimentos, despesas permanentes e outras despesas necessárias à manutenção do funcionamento básico da SPMS.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Demonstração dos resultados apresenta uma previsão de Prestações de Serviços com a seguinte desagregação:

PLANO DE FATURAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM 2019

Un: Eur.

Descrição do tipo de cliente	Com IVA - Orç (1)	Rendimentos (2)= (1) s/ IVA	Peso (3)
Serviços prestados	37 911 010,00	30 846 529,00	100%
Contrato-Programa:			
- ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	32 741 613,00	26 619 198,00	86%
Outras Prestações de serviços:			
- Serviços Partilhados	948 890,00	771 455,00	3%
- SITAM	537 603,00	437 076,00	1%
- Direcção Geral da Saúde	3 303 650,00	2 685 894,00	9%
- RAM - Iasaúde - Madeira	45 384,00	36 898,00	0%
- INCM	131 390,00	131 390,00	0%
- SCM 's	100 000,00	81 301,00	0%
- RAA - Saudaçor - Açores	102 480,00	83 317,00	0%

Como se pode verificar, a componente dos projetos em desenvolvimento do Contrato-Programa contribui significativamente (86%) para o montante das prestações de serviços da Demonstração dos Resultados.

A rubrica “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” daquela demonstração é composta pela componente de serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, proveniente do Orçamento do Estado (24M€), pelos financiamentos destinados ao Centro de Contacto do SNS 24 (8,3M€) e ao Centro de Monitorização do SNS (2,4M€) e ainda por 2,7M€ de financiamentos comunitários, totalizando assim os 37.3M€ que constam naquela demonstração financeira.

A atividade da SPMS no ano 2019 foi detalhada nos objetivos operacionais da SPMS neste documento e que será densificada em documentos de gestão interna. A monitorização do contrato-programa no que respeita à componente de projetos em desenvolvimento será efetuada através do estabelecimento de metas, em documento próprio para o efeito, conforme previsto do próprio Contrato-Programa.

As estratégias de maximização das receitas mercantis são as que poderão resultar de sinergias pela execução no consagrado do Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, que determina que é atribuição da ACSS prover o SNS com os adequados sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras, contratando os termos e condições dos serviços a prestar, com a SPMS.

De facto, não pode olvidar-se que a empresa tem por missão a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares

e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, e será portanto, naturalmente neste ambiente, que as mencionadas sinergias poderão ocorrer.

A Demonstração dos Resultados incorpora uma diminuição do peso dos Gastos Operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos adicionado dos Gastos com o Pessoal) nos Rendimentos Operacionais (Volume de Negócios mais Subsídios à Exploração) de 92% em 2018, para 84% em 2019 e um acréscimo do EBITDA de 4.858.906,52 euros.

Se considerarmos apenas o volume de negócios, o peso dos gastos operacionais naquela grandeza desce de 324% para 186,5% entre 2018 e 2019.

O montante estimado em Fornecimentos e Serviços Externos tem em conta o necessário decréscimo do indicador do peso dos gastos operacionais no volume de negócios e o investimento projetado e está em conformidade com o montante orçamentado para aquisições de bens e serviços.

Os Gastos com o Pessoal não refletem as efetivas necessidades de alocação de recursos internos, em função do incremento evidente de atividades confiadas pelo Ministério da Saúde à SPMS, pois o orçamento aprovado não acompanhou o reforço que havia sido proposto no orçamento e determinado por parte ACSS em mais 16M€ para 2019, em especial o reforço de 4M€ do acordo de manutenção, atenta a imperiosidade de cumprimento de obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e a manutenção de serviços com qualidade e tempestividade em alinhamento, também, com os novos desafios emergentes das medidas sectoriais da Saúde do XXI Governo, pelo que foi previsto apenas o montante do orçamento aprovado.

As depreciações foram calculadas assumindo o mesmo nível de utilização económica relativamente ao saldo inicial do ativo bruto, isto é, considerando o mesmo montante estimado para o ano de 2018 e uma taxa média de 33,33% aplicada a investimentos em equipamento e software informático e de 25,0% para os restantes investimentos, a ocorrer em 2019.

A estimativa do Imposto sobre o rendimento tem subjacente uma taxa efetiva de 25,5%.

BALANÇO

O aumento do ativo não corrente reflete um crescimento acentuado do investimento face às depreciações e amortizações anuais, todavia o mesmo poderia ser maior caso não tivesse sido efetuado o corte orçamental da maior parte do PRESI.CSP.

As rubricas ativas e passivas mantêm sensivelmente os níveis previstos para 2018, prevendo-se um aumento do saldo de caixa em 4,9M€.

O Património Líquido recupera significativamente em face dos resultados líquidos obtidos no exercício de 2018 e previstos para 2019.

O Balanço evidencia ainda um prazo médio de pagamentos para 29,93 dias (média trimestral, nos termos do Despacho n.º 9870/2009). Este apresenta ainda um prazo médio de recebimentos em 32,51 dias.

INDICADORES DE GESTÃO

Apresentam-se os seguintes indicadores da perspetiva da situação económica e financeira da SPMS para o triénio 2017-2019:

INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES DE GESTÃO	2017	2018	2019
Prazo médio de pagamentos	31,90	29,71	29,93
Prazo médio de recebimentos	67,49	103,86	32,51
Saldo médio de fornecedores	2 959 940,86 €	3 909 243,88 €	3 916 733,05 €
Saldo médio de clientes	2 371 431,42 €	3 340 271,95 €	2 747 660,14 €
Autonomia Financeira	10%	26%	50%
Liquidez Geral	0,99	1,02	1,20
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

Como se pode verificar, a SPMS prevê um elevado nível de liquidez, embora este indicador possa sofrer alguma deterioração caso se mantenha a obrigatoriedade de entrega de saldos à ACSS. Já ao nível da autonomia financeira, a SPMS ainda sofre o impacto da transmissão das posições jurídicas dos ACE's Somos, que ocorreu em 2015, e da entrega do saldo de gerência de 2014, embora se preveja uma melhoria significativa em 2019.

PLANO DE INVESTIMENTOS

As linhas de investimento previstas para 2019 preveem um aumento do ativo bruto em cerca de 6,5M€, em linha com a estimativa para 2018. Destacam-se os investimentos em edifícios com vista a acomodar o aumento de recursos humanos da SPMS e dos equipamentos necessários a acolher o aumento da atividade e das novas atribuições conferidas nos anos 2017 e 2018, bem como o investimento na modernização dos DataCenters e dos Backups, com especial enfoque para a infraestrutura de suporte às aplicações fornecidas pela SPMS ao nível da segurança.

A perspetiva de investimentos é a seguinte:

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2019	Valores sem IVA	Valores com IVA
Beneficiação de Edifícios		
Beneficiação do Sistema de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE)	37 500,00	46 125,00
Remodelação das Instalações e Equipamentos Mecânicos – Sistema de Ar Condicionado (AVAC)	165 000,00	202 950,00
Remodelação das Instalações Elétricas	450 000,00	553 500,00
Remodelação do Sistema de Informação e Comunicações	112 500,00	138 375,00
Rede de Águas e Saneamento Doméstico - recuperação do piso -1	112 500,00	138 375,00
Alteração da Arquitetura interior do Edifício– Funcionalidade	150 000,00	184 500,00
Substituição da Cobertura em Chapa de Zinco	112 500,00	138 375,00
Substituição de vãos exteriores em caixilharia	30 000,00	36 900,00
Execução de Remodelação de Fachadas com Isolamento Térmico	150 000,00	184 500,00
Reformulação do atual data center – centro de dados	495 000,00	608 850,00
Sistema de Informação Integrado de Gestão de Edifícios	300 000,00	369 000,00
	2 115 000,00	2 601 450,00
Equipamento básico		
Solução de Backups SPMS/SNS	500 000,00	615 000,00
Segurança de Infraestrutura Datacenter	250 000,00	307 500,00
Reforço Cloud Privada SPMS	560 000,00	688 800,00
Cloud Privada SNS	460 000,00	565 800,00
Publicadores e Gateways de Serviço em Alta Disponibilidade	200 000,00	246 000,00
Segurança - RCM41/2018 - Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes/sistemas de informação relativos a dados pessoais	250 000,00	307 500,00
Site Secundário - Computação	200 000,00	246 000,00
Site Secundário - Storage	200 000,00	246 000,00
Site Secundário - Datacenter	500 000,00	615 000,00
Exadata para Bases de Dados Produtivas	350 000,00	430 500,00
Upgrade Exadata X3-2 - DR	340 000,00	418 200,00
	3 810 000,00	4 686 300,00
Equipamento informático (administrativo)		
Renovação do Parque Informático	200 000,00	246 000,00
	200 000,00	246 000,00
Equipamento administrativo		
Substituição de mobiliário	105 000,00	129 150,00
Substituição de outro equipamento de escritório	18 932,00	23 286,00
	123 932,00	152 436,00
Outros Investimentos		
Renovação de equipamentos de vigilância e segurança	55 000,00	67 650,00
	55 000,00	67 650,00
Software Informático		
Desenvolvimento de software (gestão, easyvista e compras)	211 382,00	260 000,00
	211 382,00	260 000,00
TOTAL	6 515 314,00	8 013 836,00

O quadro global do investimento comparativamente aos anos mais recentes é o seguinte:

Un: Eur.

	2017	2018	2019
ATIVOS TANGÍVEIS			
Edifícios e Outras Construções	105 298,78	0,00	2 115 000,00
Equipamento básico	147 653,38	2 423 462,22	3 810 000,00
Equipamento administrativo	266 800,94	761 942,86	323 932,00
Outros Investimentos	43 301,80	84 795,14	55 000,00
Ativos tangíveis em curso	0,00	862 110,02	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Software informático	1 054 073,10	1 508 161,82	211 382,00
TOTAL	1 617 128,00	5 640 472,06	6 515 314,00

JUSTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE INVESTIMENTO

Tal como foi referido no Plano de Atividades de 2018, atendendo à forte tendência de crescimento das atividades da SPMS, tal como vem melhor descrito no sumário executivo do presente plano de atividades, é desiderato do Conselho de Administração promover a melhoria das condições de trabalho dos seus colaboradores nas instalações de Lisboa e do Porto, considerando para o efeito imprescindível, as beneficiações seguidamente detalhadas, que espelham as necessidades concretas de intervenção em sede de obras de requalificação e otimização de espaços de trabalho, em prol, não apenas da dignificação das respetivas condições de trabalho, mas também com vista a assegurar o cumprimento da legislação que impera em matéria de higiene e segurança no trabalho.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Beneficiação de Edifícios (Em especial a Reabilitação do Edifício da Rua do Breiner, nº 121, Porto)

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado tendo em conta a integral reabilitação dos espaços é de 2.115.000,00 €, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

O edifício sito na Rua do Breiner nº 121, no Porto, é constituído por um bloco único de 5 pisos, e a sua construção é de finais da década de 70. O edifício do Porto no decorrer dos últimos anos tendo sido intervencionado no âmbito da conservação e manutenção, mas não “acompanhou” proporcionalmente esse acréscimo de recursos e ampliação de projetos.

Verificadas as características e condicionantes, nomeadamente, construção do edifício, características das instalações, estado de conservação, estrutura organizativa e funcional, acessos, circuitos, e ainda as expectativas quanto ao “desenvolvimento” do edifício face às exigências organizacionais das atividades

desenvolvidas pela SPMS EPE, identifica-se necessidade de atualização das instalações mesmo sem alteração organizacional.

Atendendo as exigências funcionais que devem ser asseguradas, projeta-se a reorganização do edifício com diversas intervenções estruturais para dotar o edifício das melhores condições de organização, segurança e funcionalidade.

No que se refere às empreitadas tecnicamente asseguram-se como fundamentais as seguintes:

- Beneficiação do Sistema de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE);
- Remodelação das Instalações Elétricas de todo o edifício;
- Remodelação do Sistema de Informação e Comunicações;
- Remodelação das Instalações e Equipamentos Mecânicos – Sistema de Ar Condicionado (AVAC);
- Rede de Águas e Saneamento Doméstico;
- Alteração da Arquitetura interior do Edifício– Funcionalidade;
- Substituição da Cobertura em Chapa de Zinco;
- Substituição de vãos exteriores em caixilharia;
- Execução de Remodelação de Fachadas com Isolamento Térmico;
- Reformulação do atual Data Center – centro de dados;
- Sistema de Informação Integrado de Gestão de Edifícios.

Beneficiação do Sistema de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE)

Com base no Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro) e no Regulamento Técnico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro), existem diversos locais de risco que devem ser acautelados, nomeadamente, casa do gerador, posto de transformação e ainda o Data Center como ponto nevrálgico.

Remodelação das Instalações Elétricas

As principais instalações elétricas existentes são as seguintes: Alimentação de energia elétrica; Distribuição de energia elétrica; Quadros elétricos; Fonte central de energia de emergência.

A alimentação normal de energia elétrica do edifício encontra-se assegurada através de rede de Média Tensão da entidade distribuidora ao Posto de Transformação (PT) do edifício localizado no exterior, com uma razão de transformação de 15000/400-230 V. A partir do QGBT respetivo, desenvolve-se a distribuição de energia elétrica ao edifício em BT (400/230 V) através dos quadros elétricos, onde se localizam os cortes de energia parciais e geral.

Existe uma instalação de distribuição de energia normal em B T (rede pública). Para além disso, o edifício está dotado de diversas fontes locais de energia (acumuladores) que alimentam equipamentos individualizados, nomeadamente a sinalização ativa de segurança (blocos autónomos) e a central do sistema automático de deteção de incêndio (SADI).

O edifício está equipado com grupos geradores de energia elétrica acionados por motores de combustão, de modo a assegurar a continuidade de alimentação de energia elétrica em caso de falha de fornecimento da rede de distribuição pública, estando localizados no piso -1 (casa do gerador), com potência de 300 kVA e alimentados por depósito de diesel de 3000lt.

A sala onde se encontra instalado o grupo gerador é ventilada, assegurando-se um varrimento através de grelhas extração e admissão, localizadas a uma cota superior e inferior respetivamente, devendo ser melhorada esta ventilação.

O depósito de combustível tem capacidade superior à indicada na legislação em vigor, no entanto cumpre a legislação à data da sua instalação, e não tem bacia de retenção em caso de derrame, situação que vai ser avaliada no âmbito projeto de SCIE.

As instalações elétricas estão obsoletas, apresentam visualmente deficiências e não estão dimensionadas para o tipo de utilização e nº de colaboradores e equipamentos existentes.

Remodelação das Instalações e Equipamentos Mecânicos – Sistema de Ar Condicionado (AVAC)

Todos os gabinetes de trabalho e salas de reunião estão equipados com sistemas split de aquecimento/arrefecimento (AVAC).

As instalações e equipamentos de AVAC, são mantidos e inspecionados através de contrato de manutenção, que se encontra em tramitação processual, no entanto a sua renovação por tecnologia com eficiência energética superior tem sido pontual e carece de alteração global.

Rede de Águas e Saneamento Doméstico

Da verificação visual e inspeção técnica efetuada às redes existentes constata-se que as mesmas são da origem da construção do edifício e não sofreram nem alterações, nem remodelação ou beneficiação.

Alteração da arquitetura interior do edifício – Funcionalidade

Da análise ao estado de conservação de todo o edifício, e considerando a capacidade de flexibilidade/ampliação de todos os edifícios (compartimentação, estabilidade, redes) consegue-se confirmar que a distribuição espacial atual poderá ser alterada para melhoramento das condições de trabalho e de organização e distribuição do espaço.

Consegue-se melhorar a organização do espaço, através do agrupamento das equipas por projetos e Unidades, em salas dimensionadas para as mesmas, sendo que atualmente existem equipas diversas numa mesma sala e outras encontram-se separadas e “espalhadas” pelos vários pisos do edifício.

Como melhoria desta situação, pretende-se configurar os pisos de uma forma mais organizada, dando-se preferência à utilização do piso 0, para áreas comuns, nomeadamente, salas de reunião, Auditório, Salas de Formação.

Não só se reestrutura a organização como permite o controlo de acesso ao piso superior de pessoas externas às equipas com melhora a acessibilidade, controlo e segurança do edifício.

Substituição da cobertura em chapa de zinco

A cobertura parcial do edifício é em chapa de zinco, sendo que este material tem uma degradação natural e que necessita de substituição.

O zinco é um metal não ferroso que também se protege naturalmente, através de uma camada aderente e compacta, que se desenvolve com a exposição aos agentes atmosféricos. Devido ao seu elevado coeficiente de dilatação térmica, permite realizar coberturas em zonas sujeitas a grandes variações de temperatura. As características das chapas de zinco e as especificações de desempenho devem estar em conformidade com o estabelecido na norma EN 988:1996.

A cobertura encontra-se bastante degradada, apresentando várias fissuras em toda a sua área, que provoca a circulação de água entre a cobertura em zinco e a subtelha, desaguando as águas junto às claraboias e em pontos de ligação e interceção em que o remate/acabamento se encontra degradado devido à antiguidade e à continua exposição às condições atmosféricas.

Execução de Remodelação de Fachadas com isolamento térmico

Atenta a antiguidade do edifício e tendo como objetivo operacional a gestão de eficiência energética do edifício, as fachadas principal e posterior poderão ser reabilitadas com recurso a aplicação de técnicas combinadas que permitem não só a reabilitação das fachadas com o isolamento térmico do edifício.

O isolamento térmico dos edifícios tem um papel essencial no seu bom desempenho energético, no conforto interior e na durabilidade da envolvente, dada a dimensão relativa da área exposta. Pode ser conseguido através do uso de sistemas de isolamento térmico aplicados pelo exterior que apresentam maior eficácia e mais vantagens adicionais.

Com efeito, estes sistemas corrigem as pontes térmicas, reduzindo o problema das condensações no interior; melhoram o desempenho térmico de Verão, já que permitem que toda a espessura da parede contribua para a inércia térmica; e protegem a estrutura e a alvenaria dos choques térmicos, contribuindo assim para o aumento da durabilidade desses elementos.

Como solução mais adequada ao edifício, considera-se a aplicação de revestimento compósito de isolamento térmico pelo exterior (ETICS).

Reformulação do atual Data Center – centro de dados

O objeto deste procedimento visa a aquisição de serviços e bens necessários para a execução da reformulação do atual Data Center – centro de dados, da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, no Porto, à frente designado como SPMS, de forma a cumprir todas as normas para uma certificação TIER 2.

Trata-se de um projeto com uma descrição pormenorizada das características técnicas mínimas que se pretendem implementar num espaço que se destina a uma utilização específica para albergar equipamentos de Tecnologias de Informação num ambiente controlado e vocacionado para aplicações em Alta Disponibilidade.

Tratando-se de uma infraestrutura em funcionamento, deverão ser assegurados pelos proponentes todos os meios e técnicas para garantir a continuidade do serviço, devendo, no caso de necessidade de paragens, as mesmas serem devidamente agendadas e sempre programadas para fins-de-semana e fora de horas, nas alturas em que existe menor necessidade dos serviços disponibilizados pela infraestrutura.

Os aspetos relativos à versatilidade, encargos, complexidade de operação, manutenção, funcionalidade e impacto no ambiente pretendido para o local serão tidos em consideração no desenvolvimento das soluções a propor.

Pretende-se a reformulação do Data Center em funcionamento, sendo necessário intervir nas seguintes áreas:

-  Infraestrutura física: reorganização de toda a estrutura;
-  Infraestrutura de climatização: reposicionamento de unidades existentes;
-  Infraestrutura de energia socorrida: alteração e criação de novos circuitos;
-  Infraestrutura de energia de emergência/normal;
-  Infraestrutura de deteção e extinção de incêndio;
-  Infraestrutura de comunicações e bastidores;
-  Infraestrutura de monitorização, comando e controle.

Toda a infraestrutura deverá ser dimensionada para cargas variáveis por m². Este nível de densidade deverá ser considerado quer para a energia socorrida (existente), quer para o sistema de ar condicionado existente.

O sistema a fornecer deverá ter capacidade de crescimento de pelo menos 20%.

Por se tratar de uma componente que irá operar em contínuo (7x24, 365 dias por ano), os custos inerentes ao desperdício causado por ineficiências constituem uma parcela muito significativa da fatura anual de energia elétrica, e como tal a conceção da solução deverá ir de encontro a soluções de elevada eficiência.

As propostas deverão ser elaboradas de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis em termos de legislação em vigor, nacional e internacional, e de acordo, com as condições arquitetónicas do edifício.

Áreas abrangidas na reformulação do Data Center serão:

-  Readaptação da infraestrutura física existente, com reorganização de bastidores, limpeza de toda a área do chão falso, reorganização de esteiras ao longo do chão falso e de cablagens de energia;
-  Infraestrutura de climatização – reposicionamento de unidades Inrow existentes, e “check-up” geral a toda a infraestrutura. Deve-se no final se efetuar medidas de caudal em grelhas de chão e proceder ao respetivo ajuste de acordo com as necessidades, e obter a potência frigorífica das unidades periféricas;

- Infraestrutura elétrica – instalação de novo quadro elétrico socorrido (circuito B), substituição de UPS existentes para solução 2n+1, criação de novos circuitos para os bastidores e reorganização de circuitos existentes;
- Infraestrutura de Segurança – readaptação de Sistema de extinção de incêndio e de deteção de incêndio, com nova central de aspiração;
- Infraestrutura de comunicações e bastidores – reposicionamento de bastidores para novo layout, criação de esteiras aéreas e suporte de painéis, criação de novos links de fibra e cobre;
- Infraestrutura de gestão de alarmes – upgrade a solução existente;
- Formação e continuidade de operação da infraestrutura.

Tratando-se de uma solução de elevada criticidade, deverão ser asseguradas as redundâncias e disponibilidade de toda a infraestrutura, nomeadamente a infraestrutura de climatização e infraestrutura elétrica.

Esta última, no que diz respeito ao grupo gerador e quadro geral de baixa tensão, será para manter infraestrutura existente, a alteração a efetuar apenas diz respeito à alimentação das novas UPS.

No que diz respeito à energia socorrida por UPS, tendo em conta que as UPS existente estão descontinuadas e tem 12 anos, pretende-se a sua substituição, por uma solução 2n+1, constituída por duas UPS modulares com chassi tipo rack, e em funcionamento 2n.

Sistema de informação Integrado de Gestão de Edifícios - CCTV (CLOSED-CIRCUIT TELEVISION) – Edifício da Av. da República – Lisboa e R. do Breiner no Porto

Quer o edifício da R. do Breiner no Porto quer o edifício da Av.ª da República, são estratégicos para o SNS devido à existência do Data Center e de Sistemas de Informação que servem todo o Serviço Nacional de Saúde.

A inexistência ou ineficiência do sistema de CCTV pode favorecer as práticas ilícitas como, furtos, roubos, vandalismo, invasão, entre outros, em virtude de o autor do delito saber que dificilmente será identificado ou como fator psicológico de dissuasão.

Um fator positivo ao sistema é a forma em que assegura o controlo de acesso de pessoas, mercadorias e veículos, permitindo maior fiscalização dos procedimentos de segurança praticados ou não, por todas as pessoas que circulam no edifício e ainda poderá permitir mais rápida resposta a situações de crises e emergências, podendo-se prever que a sua existência permitirá um ambiente mais seguro e por consequência mais agradável, saudável, harmónico e mais produtivo.

À data prevê-se ainda a necessidade de prestação de serviço de implementação e respetiva manutenção de um sistema de CCTV, uma vez que o existente é insuficiente e está deficitário em relação ao que se afigura como necessário à segurança de pessoas e bens.

Os sistemas CCTV estão diretamente relacionados com a matéria relativa a proteção de dados e Cybersegurança.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

- Impossibilidade de contratação de novos recursos para os projetos atualmente em desenvolvimento na SPMS;
- Dificuldade de desenvolvimento de novos projetos que foram atribuídos à SPMS;
- Possibilidade de rutura de redes de águas ou esgotos face à antiguidade das mesmas;
- Incumprimento da legislação sobre Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho (SHHT), Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) e regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

Por seu turno o Investimento em Equipamento Básico tem a seguinte sustentação:

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Solução de Backups SPMS/SNS

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware e licenciamento que suportará a solução transversal de backups é de sensivelmente 500.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

A SPMS adotou uma política de renovação tecnológica e disruptiva de todas as Infraestruturas que suportam, quer os serviços disponibilizados para o utente ou SNS, quer a sua atividade interna. Desta forma, e na sequência do trabalho que foi pensado e tem sido realizado, é absolutamente crítico implementar uma nova solução transversal de backups que abranja o espectro SPMS e que possa ser estendida a todas as entidades do SNS.

O crescente aumento de tentativas e técnicas de intrusão verificado em 2018, e com tendência para se agravar, reforça ainda esta necessidade, por forma a garantir o melhor funcionamento e resposta a todos os cenários de crise que se possam colocar.

Adicionalmente, com esta solução, podemos dismantelar soluções antigas de backup que não garantem as novas Infraestruturas e que têm um custo avultado associado devido ao hardware e licenciamento legado.

Assim, para além das grandes melhorias e benefícios tecnológicos, existe também poupança a curto prazo associada a este investimento.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

- Incapacidade de recuperação de alguns serviços após problemas ou falhas catastróficas;
- Possibilidade de perda de dados críticos para o SNS;
- Processo de recuperação bastante moroso com impactos significativos no serviço prestado;
- Falta de renovação tecnológica das soluções adotadas, não acompanhando o trabalho que tem sido realizado ao nível do Data Center do Porto e serviços disponibilizados.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Segurança de Infraestrutura de Data Center

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware que suportará o reforço da solução de segurança é de sensivelmente 250.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

Na sequência dos trabalhos realizados para renovação do core de rede e Infraestruturas de virtualização do Data Center do Porto, foi também desenhada uma solução de segurança ao nível das Infraestruturas.

Por forma a dar resposta a todos os novos desafios, incluindo a RIS2020, torna-se necessário reforçar e complementar esta solução física de segurança, de modo a dar resposta a todas as necessidades nesta área, protegendo a Infraestrutura crítica da SPMS de ataques externos que têm vindo a aumentar em quantidade e complexidade nos últimos anos.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

-  Incapacidade de dar resposta ao nível de segurança a todos os ataques externos que têm vindo a surgir;
-  Incapacidade de dimensionar corretamente a componente de segurança face aos novos serviços a entregar;
-  Quebras de segurança graves.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Reforço Cloud Privada SPMS

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware que suportará o reforço da solução de cloud privada SPMS é de sensivelmente 560.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

Em 2018 foi efetuado um trabalho de renovação tecnológica e infraestruturas das componentes de hardware que suportam os serviços disponibilizados pela SPMS para o SNS e utente. Com este trabalho, potenciou-se a consolidação de Infraestruturas, melhorando significativamente a performance disponibilizada para implementação e operacionalização de serviços.

Pretende-se dar continuidade a este trabalho, de modo a desmantelar todo o hardware antigo que já apresenta falhas e tem contratos de manutenção muito dispendiosos, proporcionando uma poupança a curto/médio prazo significativa. Simultaneamente, com este investimento, daremos continuidade ao processo e melhoramento tecnológico e de performance dos serviços entregues.

Este investimento também tem em conta todos os novos serviços críticos e de valor para o utente e SNS que a SPMS pretende disponibilizar, garantindo hardware robusto para o efeito.

No que respeita aos Data Centers, está desenhada uma política de consolidação, pelo que este reforço é vital para centralizar serviços e dismantelar Infraestruturas velhas deslocalizadas.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

- Gastos significativos em hardware legado e Data Centers dispersos (CCM, por exemplo);
- Incapacidade de dimensionar corretamente a Infraestrutura tendo em conta o crescimento contínuo dos serviços críticos a disponibilizar;
- Quebras de serviços ou de performance em sistemas críticos.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Cloud Privada SNS

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware que suportará a solução de cloud privada SNS é de sensivelmente 460.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

À semelhança do trabalho de excelência que tem vindo a ser efetuado para a cloud privada da SPMS, montando Infraestruturas novas e robustas para dar resposta a todos os desafios, pretende-se implementar algo semelhante para disponibilização para o SNS.

Tirando partido de toda a componente de rede core atualizada tecnologicamente em 2018 e na recuperação do Data Center do Porto para uma certificação Tier 2(possivelmente até Tier3), faz sentido potenciar esse investimento para entregar outros serviços diversificados que possam ser implementados sob estas novas condições infraestruturais.

Nesse sentido, e de modo a implementar a solução tecnológica que permita disponibilizar serviços Data Center para o SNS, é necessário o investimento em hardware de computação e storage.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

- Incapacidade de entregar um serviço personalizado de Data Center a entidades do SNS;
- Inexistência de poupança no SNS com serviços de Data Center, existindo variados investimentos locais que podem tirar partido desta solução centralizada.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Publicadores e Gateways de Serviço em Alta Disponibilidade

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware e licenciamento que suportará o reforço da solução de publicação de serviço e alta disponibilidade da SPMS é de sensivelmente 200.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

No sentido de acompanhar as evoluções tecnológicas implementadas ao nível da Infraestrutura física, de modo a dar resposta ao contínuo aumento de serviço disponibilizado pela SPMS e tendo em conta a política de site secundário que se pretende implementar, é necessário investimento em hardware que possibilite a alta disponibilidade na publicação de serviço.

Com este investimento a SPMS pode endereçar o reforço das infraestruturas existentes, melhorando a qualidade de serviço entregue e garantindo a disponibilização de mais componentes. Simultaneamente é preparado o cenário do site secundário, incluindo estas componentes fulcrais na stack tecnológica de Infraestruturas da SPMS.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

-  Incapacidade de dar resposta ao aumento de serviço a disponibilizar;
-  Falhas graves ou perturbações significativas de performance do serviço a disponibilizar resultando em claros problemas para o SNS;
-  Incapacidade de implementação de site secundário.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Segurança RCM n.º 41/2018 - Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes/sistemas de informação relativos a dados pessoais

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware e licenciamento que suportará soluções de segurança é de sensivelmente 250.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

Tendo em conta a RCM n.º 41/2018, é necessária a implementação de diversos mecanismos de controle e auditoria de acessos, bem como outras funcionalidades, todas constantes da temática da segurança.

Nesse sentido, é necessário o investimento em hardware e licenciamento para soluções específicas que possam ser adotadas transversalmente por forma a dar resposta a todos os requisitos da RCM n.º 41/2018, endereçando algumas das questões mais pertinentes de segurança.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIÓNAR:

- Incumprimento de alguns requisitos da RCM n.º 41/2018;
- Incapacidade de implementação e monitorização de medidas de segurança chaves para todas as soluções de Infraestruturas transversais à SPMS.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Site secundário – Computação, Storage e Data Center

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware que suportará as três linhas de ação da solução que pretende implementar o site secundário é de sensivelmente 900.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

A SPMS tem efetuado um trabalho significativo de melhoramento e renovação tecnológica de toda a sua Infraestrutura produtiva, nomeadamente e principalmente no Data Center do Porto. Estando esse trabalho a recolher frutos muito positivos, é importante continuar a desenvolver esforços neste plano macro de renovação.

A próxima fase é a implementação de um site secundário que permita garantir serviço em caso de falhas, ou mesmo garantir performance caso surjam limitações de Infraestrutura. Adicionalmente pretende-se também uma redundância de serviço, tendo em conta a alta disponibilidade que este investimento pretende implementar.

Neste sentido é necessário investir em condições de Data Center, capacidade de processamento e storage, sendo que o resto da solução será garantido por todo o trabalho de renovação que tem sido efetuado pela SPMS, fruto da estratégia para as áreas de Infraestruturas, redes e Data Center.

RISCOS DE NÃO INTERVENÇIONAR:

- Inexistência de um site secundário para garantir serviço em casos de catástrofe;
- Incapacidade de ter Infraestruturas redundantes deslocalizadas fisicamente;
- Falhas críticas de serviços com tempos de reposição altos.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Exadata para Bases de Dados Produtivas

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware e licenciamento que suportará o reforço da solução de bases de dados da SPMS é de sensivelmente 350.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

A SPMS tem equipamentos próprios e especializados para a implementação das suas bases de dados de Produção, a Exadata. Neste sentido pretende-se reforçar esta componente tendo em conta todos os

novos projetos críticos que se pretendem implementar e que têm a base de dados como uma componente chave.

Assim, pretende-se adquirir uma nova solução evoluída tecnologicamente e ao nível de hardware que permita complementar com a anterior e com os reforços que vêm a ser implementados. Esta solução terá uma capacidade muito maior de processamento e dados, trazendo melhorias significativas de performance a todos os sistemas implementados e que tiram partido de bases de dados centrais. Exemplos de sistemas que estão implementados na Exadata são: RNU, PEM, Dispensa, Exames sem Papel, etc.

Adicionalmente e tendo em conta a dimensão dos projetos de desmaterialização de MCDT's, novas implementações do RNU, Rastreios, etc, é importante este reforço por forma a manter a qualidade de serviço entregue e consolidar a oferta Infraestrutural de base de dados.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIONAR:

-  Falência de sistemas críticos para o SNS;
-  Incapacidade de implementar novos sistemas de bases de dados de alta performance;
-  Perdas significativas de performance nas bases de dados centrais do SNS;
-  Atraso tecnológico nas soluções de bases de dados dos sistemas implementados pela SPMS.

DENOMINAÇÃO DO INVESTIMENTO A REALIZAR:

Upgrade Exadata X3-2 - DR

CUSTO ESTIMADO:

O custo estimado para o hardware que suportará a atualização da solução Exadata de Disaster Recover é de sensivelmente 340.000,00€, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

OBJETIVO GERAL:

Existe atualmente em produção uma solução de disaster recover que implementa a replicação de algumas bases de dados centrais fundamentais para o funcionamento do SNS.

Tendo em conta que as soluções infraestruturais produtivas têm sofrido várias atualizações, é também importante garantir que a solução de desastre também tenha atualização, por forma a ter capacidade de disponibilizar todo o serviço necessário em caso de desastre. Caso estas atualizações não sejam efetuadas, a solução de desastre pode não estar dimensionada corretamente (tendo em conta o aumento de serviço e novas atualizações), não servindo o seu propósito final, causando indisponibilidades de serviços prolongadas e bastante danosas.

RISCOS DE NÃO INTERVENCIONAR:

-  Incapacidade de ter uma solução de desastre para as bases de dados centrais do SNS;
-  Indisponibilidades prolongadas por falta de capacidade da solução de desastre que terá que se adaptar à produtiva.

PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

A projeção do plano de investimentos plurianual é a seguinte:

PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL

Un: Eur.

	2019	2020	2021
ATIVOS TANGÍVEIS			
Edifícios e Outras Construções	2 115 000,00	0,00	0,00
Equipamento básico	3 810 000,00	6 007 950,00	6 092 061,30
Equipamento administrativo	323 932,00	328 467,05	333 065,59
Outros Investimentos	55 000,00	55 770,00	56 550,78
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Software informático	211 382,00	214 341,35	217 342,13
TOTAL	6 515 314,00	6 606 528,40	6 699 019,80

A rubrica que se prevê atingir um maior nível de investimento no triénio 2019-2021 é o equipamento básico dadas as exigências de manutenção e renovação dos equipamentos dos Datacenters e da produção, especialmente ao nível da segurança informática.

Para 2019 não estão previstos projetos com financiamento comunitário que contenham componente de investimento, pois os projetos em curso contêm apenas previsões de despesa corrente.

Os investimentos previstos neste plano não perspetivam quaisquer rendas futuras que permitam calcular cash-flows positivos em anos subsequentes. Na verdade, os investimentos previstos têm uma natureza essencialmente não mercantil gerando benefícios sociais ao Serviço Nacional de Saúde, essencialmente por via da manutenção dos serviços informáticos em funcionamento e incremento da sua utilidade pública.

Neste contexto, não se adequa a aplicação de indicadores de monitorização dos referidos investimentos com base em indicadores económico-financeiros que usam os cash-flows futuros, como por exemplo o Valor Atual Líquido (VAL) ou a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR).

Face a esta circunstância e tendo em conta as instruções da DGTF e as indicações da UTAM, considera-se adequado que sejam aplicados indicadores alternativos para monitorização da execução dos investimentos ao longo do ano de 2019.

Não obstante alguns investimentos apresentarem indicadores físicos próprios, o indicador base escolhido para o efeito é a data-objetivo da execução desse investimento, isto é, preveem-se objetivamente que certos investimentos ocorram no primeiro trimestre, segundo, terceiro e quarto trimestre, pelo que o montante executado em cada um deles será comparado com o agora previsto de acordo com o seguinte quadro:

ORÇAMENTO TRIMESTRAL DE INVESTIMENTOS

Os investimentos apresentados contêm um benefício público inerente à atividade da SPMS, são imprescindíveis porque, no essencial, visam manter a operação informática do Ministério da Saúde e procuram gerar poupanças ao Serviço Nacional de Saúde, designadamente através da concentração de atividades e geração de economias de escala.

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2019	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Beneficiação de Edifícios				
Beneficiação do Sistema de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE)	0,00	9 375,00	13 125,00	15 000,00
Remodelação das Instalações e Equipamentos Mecânicos – Sistema de Ar Condicionado (AVAC)	0,00	41 250,00	57 750,00	66 000,00
Remodelação das Instalações Elétricas	0,00	112 500,00	157 500,00	180 000,00
Remodelação do Sistema de Informação e Comunicações	0,00	28 125,00	39 375,00	45 000,00
Rede de Águas e Saneamento Doméstico - recuperação do piso -1	0,00	28 125,00	39 375,00	45 000,00
Alteração da Arquitetura interior do Edifício- Funcionalidade	0,00	37 500,00	52 500,00	60 000,00
Substituição da Cobertura em Chapa de Zinco	0,00	28 125,00	39 375,00	45 000,00
Substituição de vãos exteriores em caixilharia	0,00	7 500,00	10 500,00	12 000,00
Execução de Remodelação de Fachadas com Isolamento Térmico	0,00	37 500,00	52 500,00	60 000,00
Reformulação do atual data center – centro de dados	0,00	123 750,00	173 250,00	198 000,00
Sistema de Informação Integrado de Gestão de Edifícios	0,00	75 000,00	105 000,00	120 000,00
	0,00	528 750,00	740 250,00	846 000,00
Equipamento básico				
Solução de Backups SPMS/SNS	0,00	125 000,00	175 000,00	200 000,00
Segurança de Infraestrutura Datacenter	0,00	62 500,00	87 500,00	100 000,00
Reforço Cloud Privada SPMS	0,00	140 000,00	196 000,00	224 000,00
Cloud Privada SNS	0,00	115 000,00	161 000,00	184 000,00
Publicadores e Gateways de Serviço em Alta Disponibilidade	0,00	50 000,00	70 000,00	80 000,00
Segurança - RCM41/2018	0,00	62 500,00	87 500,00	100 000,00
Site Secundário - Computação	0,00	50 000,00	70 000,00	80 000,00
Site Secundário - Storage	0,00	50 000,00	70 000,00	80 000,00
Site Secundário - Datacenter	0,00	125 000,00	175 000,00	200 000,00
Exadata para Bases de Dados Produtivas	0,00	87 500,00	122 500,00	140 000,00
Upgrade Exadata X3-2 - DR	0,00	85 000,00	119 000,00	136 000,00
	0,00	952 500,00	1 333 500,00	1 524 000,00
Equipamento informático (administrativo)				
Renovação do Parque Informático	0,00	50 000,00	70 000,00	80 000,00
	0,00	50 000,00	70 000,00	80 000,00
Equipamento administrativo				
Substituição de mobiliário	0,00	26 250,00	36 750,00	42 000,00
Substituição de outro equipamento de escritório	0,00	4 733,00	6 626,20	7 572,80
	0,00	30 983,00	43 376,20	49 572,80
Outros Investimentos				
Renovação de equipamentos de vigilância e segurança	0,00	13 750,00	19 250,00	22 000,00
	0,00	13 750,00	19 250,00	22 000,00
Software Informático				
Desenvolvimento de software (gestão, easyvista e compras)	211 382,00	0,00	0,00	0,00
	211 382,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	211 382,00	1 575 983,00	2 206 376,20	2 521 572,80

No que respeita às prioridades de investimentos, elas são definidas da seguinte forma:

- Em primeiro lugar os investimentos em equipamento básico designadamente os relacionados com os Data Center e a segurança;
- Em segundo lugar, as obras de reabilitação dos Edifícios, em especial na Rua do Breiner no Porto;
- Em terceiro lugar, o licenciamento de software para desenvolvimento de aplicações de gestão;
- Em quarto lugar é dada prioridade à renovação e substituição de equipamentos do parque informático da SPMS, principalmente no que respeita à substituição de equipamentos obsoletos que possam por em causa a operação corrente;

- Em quinto e último lugar o investimento em equipamento administrativo e outros investimentos de carácter substitutivo.

A distribuição económica e por fontes de financiamento do orçamento aprovado será ajustada à presente versão do PAO em sede de execução orçamental, uma vez que o orçamento aprovado teve em consideração por um lado, o plano proposto em agosto de 2018 e, por outro, uma redução direta de 10M€ numa única rubrica, inviabilizando o PRESI.CSP apresentado na primeira versão deste PAO.

Ainda assim, apresenta-se a distribuição do orçamento de investimento pelas fontes de financiamento RP – Receitas Próprias (511 e 513) e RG – Receitas gerais (319) (valores com IVA):

Investimento por Fonte	Orçamento	RG - 319	RP - 511	RP 513
ATIVOS TANGÍVEIS				
Edifícios e Outras Construções	2 601 450,00	1 134 675,00	184 500,00	1 282 275,00
Equipamento básico	2 248 528,00	391 150,00	270 678,00	1 586 700,00
Equipamento administrativo	73 800,00	0,00	73 800,00	0,00
Outros Investimentos	6 150,00	0,00	6 150,00	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Software informático	3 083 908,00	0,00	3 083 908,00	0,00
TOTAL	8 013 836,00	1 525 825,00	3 619 036,00	2 868 975,00

Notas aos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa provenientes de clientes tiveram em consideração o prazo médio de recebimentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da receita e com as dívidas a receber no final do ano.

1. Recebimentos de clientes

47 539 318,77

Detalhe	Valor
Serviços Partilhados - SNS	869 815,83
ARSCentro	297 916,67
ACSS	180 940,83
INSA	208 587,50
ARSNorte	182 370,83
SITAM	492 802,75
Outros - Fora SNS	3 403 698,60
DGS - PTS	1 172 600,00
DGS - TIC	1 883 449,10
INCM	120 440,83
RAM - Iasaúde	41 602,00
RAA - Saudaço	93 940,00
SCM 's	91 666,67
Contrato Programa:	42 773 001,59
ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento 2018	12 759 856,34
ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	30 013 145,25

Os fluxos de caixa destinados a fornecedores tiveram em consideração o prazo médio de pagamentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da despesa e com as dívidas a pagar no final do ano.

2. Pagamentos a fornecedores

-60 662 029,39

Detalhe	Valor
Dívida de 2018	9 184 966,56
Subcontratos	33 746 306,09
Trabalhos especializados	14 712 057,79
Publicidade e propaganda	306 643,39
Vigilância e segurança	246 936,34
Honorários	102 034,88
Conservação e reparação	840 164,95
Materiais	52 195,55
Electricidade	323 785,69
Combustíveis	10 373,67
Água	19 468,70
Deslocações, estadas e transportes	394 005,52
Rendas e alugueres	277 005,86
Comunicação	183 717,11
Limpeza, higiene e conforto	214 225,00
Outros	48 142,28

3. Pagamento ao pessoal

-8 591 422,35

Detalhe	Valor
Gastos com Órgãos Sociais	244 163,00
Gastos com Cargos de Direção	1 986 739,19
Remunerações do Pessoal	6 360 520,16

4. Outros Recebimentos / Pagamentos

34 616 091,19

Detalhe	Valor
Outros recebimentos	37 379 011,00
Prestações de Serviços em Continuo (acordo de manutenção) - ACSS	24 000 000,00
Centro de Controlo e Monitorização do SNS - ACSS	2 392 894,00
Centro de Contacto SNS24 ACSS	8 266 844,00
SAMA	1 853 540,00
UE	865 733,00
Outros pagamentos	-2 762 919,81
Descontos Segurança Social, CGA, ADSE e outros	-1 633 246,97
IRC	-740 936,59
IVA	-388 736,25

5. Ativos Fixos Tangíveis

-7 753 836,36

Detalhe	Valor
Edifícios e outras construções	2 601 450,00
Equipamento básico	4 686 300,00
Equipamento administrativo	398 436,36
Outros Investimentos	67 650,00

6. Ativos Intangíveis

-259 999,86

Detalhe	Valor
Software	-259 999,86

7. Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência

Equivalentes a caixa no início do período	2 971 730,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 859 852,72
Saldo para a gerência seguinte	7 859 852,72
De execução orçamental	7 058 691,38
De operações de tesouraria	801 161,34

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

O quadro geral do Plano de Redução de Custos apresenta-se em seguida:

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

Un: Eur.

PRC	2019	2018	2017	Var 2019/2018	
	Previsão	Execução	Execução	Valor	%
(1) CMVMC (€)	-	-	-	-	-
(2) FSE (€)	47 760 500,00	55 441 878,10	29 965 132,13	-7 681 378,10	-13,85%
(3) Gastos com pessoal (€)	9 763 189,00	9 144 049,42	9 572 555,75	619 139,58	6,77%
Indemnizações	0,00	66 648,76	217 370,18		
Valorizações remuneratórias	0,00	0,00	0,00		
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	57 523 689,00	64 585 927,52	39 537 687,88	-7 062 238,52	-10,93%
(5) Volume de Negócios (VN)	30 846 529,00	19 936 703,13	16 396 383,74	10 909 825,87	54,72%
Subsídios à exploração	37 379 011,00	50 516 581,59	24 800 824,86	-13 137 570,59	-26,01%
Indemnizações Compensatórias					
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	186,5%	324,0%	241,1%		
(7) Deslocações e alojamento (valor)	349 450,57	349 450,57	417 319,64	0,00	0,00%
(8) Ajudas de custo (Valor)	67 437,94	67 437,94	60 899,85	0,00	0,00%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	105 228,92	63 137,35	48 092,27		
(7) + (8) + (9)	522 117,43	480 025,86	526 311,76		
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	1 013 571,39	1 013 571,39	860 189,47	0,00	0,00%

(a) Os gastos associados à frota deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Relativamente ao Plano de Redução de Custos, de referir que, em 2018, a SPMS viu reconhecido o aumento substancial de atividade e a melhoria projetada da sua performance financeira através da aprovação do seu Plano de Atividades e Orçamento onde se previa que os Gastos com pessoal ascendessem a 13,5M€ em 2018 e 13,8M€ em 2019. A estimativa para 2018 acima apresentada ainda não reflete essa aprovação, porquanto os encargos com as novas contratações não comportaram um ano completo e não foi possível preencher a totalidade dos lugares de quadro. A estimativa para 2019 também está prejudicada pela redução do orçamento aprovado face ao submetido.

O quadro acima assinala uma diminuição do Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios de 241,1% em 2017 para 186,5% em 2019. Esta variação explica-se pelo facto de se prever um aumento dos gastos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos inferior ao aumento do volume de negócios. Este indicador não considera o financiamento proveniente de Receitas Gerais que está expresso em subsídios à exploração na Demonstração dos Resultados.

No que respeita a medidas a adotar assinala-se que os limites da despesa serão controlados pelas dotações aprovadas em sede de orçamento, sem prejuízo das alterações orçamentais que venham a ser necessárias.

GASTOS COM VIATURAS

Estima-se que as despesas com viaturas cresçam proporcionalmente ao aumento do número de viaturas ao serviço da SPMS de 3 para 5, conforme quadro infra.

Viaturas	2019	2018	2017	Var 2019/2018	
	Previsão	Estimativa	Execução	Valor	%
Gastos com viaturas	105 228,92 €	63 137,35 €	48 092,27 €	42 091,57 €	87,52%
N.º de viaturas	5	3	3	2	66,67%

A justificação para a necessidade de duas viaturas adicionais resulta do facto da SPMS ter nas suas atribuições:

- i. “ a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como os órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas na área da saúde. “,
- ii.” A SPMS, E. P. E., assegura o funcionamento do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (CASNS), bem como do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) que sucede àquele e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS).”

Mais recentemente através do Decreto-Lei n.º 38/2018, ocorreu a Transferência para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., das atribuições de gestão e exploração direta do Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde.

Decorre ainda daquele Diploma que anteriormente a gestão do Centro de Conferência de Faturas do SNS tem estado a cargo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), que por sua vez recorria a serviços de um operador privado.

Pelo que no cumprimento ao Programa do XXI Governo, considerou-se que a gestão e a exploração do Centro de Conferência de Faturas do SNS, que passa a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização do SNS, devam ser asseguradas pela SPMS, atentas as suas competências no âmbito dos serviços partilhados financeiros, e dos sistemas de informação e de inteligência artificial.

Em face do exposto constata-se que a SPMS viu as suas competências acrescidas e consequentemente ocorreu o aumento de:

- a) instalações físicas, possuindo atualmente 5 locais diferentes, sendo que 3 se situam na cidade de Lisboa e 2 na cidade do Porto;
- b) que estas diferentes localizações implicam a constante deslocação dos profissionais da SPMS;
- c) deslocações dos técnicos da área das tecnologias da informação a SPMS, que prestam apoio tecnológico a todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde, as quais se encontram dispersas por todo o território Nacional;
- d) que este suporte tecnológico ao Serviço Nacional de Saúde se consubstancia em:
 - i. Acompanhamento e otimização do licenciamento de ferramentas Tecnologias de Informação e Comunicação usadas pelas diversas unidades do Serviço Nacional de Saúde e Ministério da Saúde;
 - ii. Coordenação do planeamento, investimentos, gestão e utilização TI/SI através da rede do Serviço Nacional de Saúde e Ministério da Saúde e a articulação interministerial nesta matéria;
 - iii. Supervisão e implementação da manutenção de infraestrutura em linha com os planos de crescimento de cada Instituição do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério, nomeadamente nas mudanças nos requisitos de negócios, ou avanços tecnológicos;
 - iv. Supervisão da implementação dos sistemas de TIC, a estratégia de segurança e plano de recuperação de desastres que minimiza o risco de perda de dados;
 - v. Colaboração na elaboração de planos estratégicos para as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), assegurando que todas as ferramentas de TIC necessárias, processos e sistemas estão no local para atender aos requisitos do negócio e contribuir para o alcance de metas, de curto e longo prazo, da Instituição / Ministério.
- e) que muitas das aplicações e sistemas de Informação da SPMS têm impacto financeiro na economia do Serviço Nacional de Saúde podendo citar-se a título de exemplo a Receita sem Papel e o seu impacto no Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde, com a consequente deteção de situações de Fraude.

Neste enquadramento e como suporte a toda a sua atividade, a SPMS tem atualmente 3 viaturas em sistema de regime de locação operacional, as quais são manifestamente insuficientes para um funcionamento eficiente da SPMS no seu apoio ao Serviço Nacional de Saúde e Ministério.

O recurso aos transportes públicos não consegue resolver na globalidade o problema porquanto:

- i. a deslocação dos técnicos implica muitas vezes o transporte de equipamento;

- ii. nem todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde, nas quais se incluem os Centros de Saúde se situam locais de fácil acesso em transporte públicos.

Pelo exposto e em conclusão torna-se imprescindível a alocação à SPMS de duas viaturas adicionais de serviço geral de modo a que operacionalmente a SPMS possa contar com 3 viaturas em Lisboa e 2 no Porto, e assim assegurar a logística de pessoas e bens entre as 5 localizações geográficas onde atualmente a SPMS desenvolve a sua atividade (Lisboa e Porto).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

Conforme já referido, a presente proposta de PAO reflete os ajustamentos orçamentais entre os plafonds orçamentais que constaram na anterior proposta de orçamento de 2019, aprovados pela ACSS, e os efetivamente autorizados em sede da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019.

No âmbito das despesas com o pessoal, este ajustamento traduziu-se em menos 4M€ face à proposta inicial, tendo sido aprovado um montante de 9.763.189,00€ no agrupamento 01, coincidindo com os gastos com pessoal na ótica económica, para efeitos previsionais².

Nesta sequência, e nos termos das instruções da DGTF, o quadro que se segue mostra a evolução de diversos indicadores em matéria de recursos humanos:

² Importa salientar que as Instruções da DGTF através do Ofício Circular n.º 4219 de 14 de agosto de 2018 obrigam a que os montantes dos Instrumentos Previsionais de Gestão sejam consistentes com o orçamento.

Un: Eur.

RH	Previsão	Previsão	Execução	Execução	Var 2019/2018	
	2020	2019	2018	2017	Valor	%
Gastos com pessoal DR (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	9 899 874,00	9 763 189,00	9 144 049,42	9 572 555,75	619 139,58	7%
(a) Gastos com Órgãos Sociais (€)	244 163,00	244 163,00	244 163,00	208 941,75	0,00	0%
(b) Gastos com Cargos de Direção (€)	1 986 739,19	1 986 739,19	1 732 367,55	1 136 458,98	254 371,64	15%
(c) Remunerações do Pessoal	5 736 809,94	5 625 870,70	5 311 074,11	6 228 661,67	314 796,59	6%
(i) Vencimentos base + Subs. Férias + Subs. Natal	5 736 809,94	5 625 870,70	5 311 074,11	6 228 661,67	314 796,59	6%
(ii) Outros Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(iii) Impacto reduções remuneratórias/suspensão subsídios em cada ano	0,00	0,00	0,00	113 424,27	0,00	0%
(iv) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(v) Impacto estimado com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho nº 3476/2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(d) Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(e) Ajudas de custo	67 437,94	67 437,94	67 437,94	60 899,85	0,00	0%
(f) Restantes encargos	1 864 723,93	1 838 978,17	1 722 358,06	1 720 223,32	116 620,11	7%
(g) Rescisões / Indemnizações (€)	0,00	0,00	66 648,76	217 370,18	-66 648,76	-100%
Gastos Totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv), (v) e (g)	9 899 874,00	9 763 189,00	9 077 400,66	9 241 761,30	685 788,34	8%
Designação	Previsão	Previsão	Execução	Execução	Var 2019/2018	
	2020	2019	2018	2017	Valor	%
N.º de RH aprovados/solicitados (incluindo FU)	441	441	396	281	45	11%
N.º Total de RH preenchidos	300	300	275	281	25	9%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	4	4	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	46	46	39	22	7	18%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes (número)	250	250	232	255	18	8%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(g))]	20,07%	20,35%	19,08%	12,15%		

(*) Número de lugares do quadro de pessoal aprovado no âmbito do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2018, sendo que estão preenchidos 275 a 31 de dezembro de 2018.

No que respeita à evolução do número total de recursos aprovados/solicitados, o quadro infra ilustra a respetiva projeção do ano 2018 para 2019:

Detalhe explicativo da evolução do n.º de RH aprovados/solicitados	
Quadro atual	396
Recrutamentos autorizados - CCMSNS	50
Recrutamentos autorizados - PREVPAP	28
Pedido recrutamento séniores	25
Pedido recrutamento base de carreira	32
Previsão de mobilidades	16
Trabalhadores temporariamente saídos	68
Lugares não preenchidos	-121
Recrutamentos autorizados já preenchidos - CCMSNS	-25
Recrutamentos autorizados já preenchidos - PREVPAP	-28
Total - Projeção da necessidade de quadro de pessoal	441

De referir que o aumento dos 396 lugares do Mapa Pessoal aprovado para 2018, para os 441 pretendidos para o Mapa de Pessoal de 2019, considera-se:

- a. As entradas decorrentes do Despacho n.º 516/18-SET, de 29 de junho;
- b. A entrada dos PREVPAP, por força da aplicação da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro e das Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro;
- c. O pedido de recrutamento de elementos séniores – cfr. ofícios n.º 497, de 31 de janeiro de 2019; n.º 3258, de 17 de maio de 2019 e n.º 3351, de 24 de maio de 2019. **(Anexo XI, A.)**
- d. O pedido de recrutamento de técnicos de base de carreira de 60 postos de trabalho que foi ajustado para 32, atento ao facto das entradas dos 28 PREVPAP – cfr. ofício n.º 5731, de 10 de dezembro de 2018. **(Anexo XI, B.)**
- e. A previsão de mobilidades pendem-se com a integração de processos de mobilidade que se encontravam em curso, à data da submissão do PAO, para diversas áreas, perfis esses já identificados e que requeriam conhecimentos no âmbito do funcionamento do SNS, bem como conhecimentos especializados na área da saúde.
- f. O regresso de trabalhadores que se encontram à data em mobilidade em outros organismos públicos, sendo que não é expectável o eventual retorno no decurso do ano de 2019. Estes recursos constituem necessidades permanentes nos organismos onde prestam as respetivas funções, pretendendo-se apenas garantir lugar no mapa de pessoal, não se afigurando a necessidade de acompanhamento orçamental para o efeito. As entidades onde estes recursos se encontram em exercício de funções, já se encontram a diligenciar no sentido de prover mapa de pessoal com vista a consolidar as respetivas mobilidades.

Quanto à evolução do número total de lugares de recursos humanos preenchidos, o quadro infra ilustra a respetiva projeção do ano 2018 para 2019:

Detalhe explicativo da evolução do n.º total de lugares de RH preenchidos	
N.º Total de RH preenchidos a 31DEZ18	275
Recrutamento já autorizado a preencher no decorrer de 2019 - CCMSNS	25
Total - Projeção do N.º Total de RH preenchidos a 31DEZ19	300
Dos quais:	
a) Dirigentes	
N.º de Dirigentes sem O.S. em 31DEZ18	39
Preenchimento máximo a decorrer no ano de 2019	7
Subtotal de N.º de Dirigentes sem O.S. em 31DEZ19	46
b) Trabalhadores	
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31DEZ18	232
Recrutamento já autorizado a preencher no decorrer de 2019 - CCMSNS	25
Reclassificação para dirigente a decorrer no ano de 2019 (eventual)	-7
Subtotal de N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31DEZ19	250

Na leitura dos gastos com pessoal, e no que respeita à respetiva variação de valor de 2018 para 2019, há que considerar o seguinte:

- A variação de gastos com cargos de Direção, no montante de 254.371,64€. O PAO 2018 previa já o presente número de Dirigentes, todavia, 17 destes lugares apenas foram providos após a aprovação do atual Regulamento Interno da SPMS, cujos efeitos se produziram a 1 de agosto de 2018 e, para além disso, existem 7 lugares a preencher durante o ano de 2019. Ora, a efetivação deste provimento acarreta o respetivo incremento dos gastos, todavia, esta componente foi ajustada em função do corte orçamental do Orçamento do Estado.
- A variação das remunerações com pessoal, no valor de 314.796,59 €, sendo que este montante foi ajustado até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2019. Importa referir que no PAO 2018 não foram considerados os recrutamentos decorrentes do PREVPAP, nem das novas atribuições decorrentes da internalização no Estado do anterior Centro de Conferência de Faturas na SPMS, com a criação de uma nova unidade orgânica o Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde, entretantos autorizados.
- Os restantes encargos no valor de 116.620,11 €, representam os encargos sociais e outros encargos com o pessoal das variações supra enunciadas e foram calculados atribuindo a mesma variação da totalidade dos gastos com pessoal (7%).

O aumento dos gastos com o pessoal considera, assim, a anualização das entradas ocorridas no último trimestre de 2018 e 2019, decorrentes assim do Despacho n.º 516/18-SET, de 29 de junho, bem como dos PREVPAP, por força da aplicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e das Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro, até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2019.

No quadro seguinte informa-se, em detalhe, sobre as parcelas que contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal:

Un: Eur.

Detalhe explicativo da variação dos gastos com pessoal		
(1) Gastos com pessoal em 2018	9 144 049,42	
(2) Variação dos gastos com cargos de direção		N.º de meses
Encargo despendido com 17 dirigentes em 2018	-340 736,41	5 meses + Sub Natal proporcional
Encargo previsto com 17 dirigentes em 2019	852 600,00	14 meses
Encargo referente ao preenchimento de 7 dirigentes em 2019	338 100,00	14 meses
Redução de gastos imposta pelo OE2019	-595 591,95	
Variação 2018/2019	254 371,64	
(3) Variação dos gastos com remunerações do pessoal		
Encargo com 28 PREVPAP em 2018	-71 166,35	2 meses
Encargo previsto com 28 PREVPAP em 2019	660 918,47	14 meses
Encargo despendido com 25 CCMSNS em 2018	-81 087,85	5 meses + Sub Natal proporcional
Encargo previsto com 25 CCMSNS em 2019	562 199,54	14 meses
Encargo previsto para recrutamento dos 25 CCMSNS	562 199,54	14 meses
Redução de gastos imposta pelo OE2019	-1 318 266,76	
Variação 2018/2019	314 796,59	
(4) Variação dos encargos e outros gastos	49 971,35	
(5) Gastos com pessoal previsto para 2019 (1+2+3+4)	9 763 189,00	
Informação adicional:		
Encargos que carecem de autorizações autónomas de recrutamento:		
25 Pedidos de recrutamento séniores	1 128 730,68	
32 Pedidos de recrutamento base da carreira	686 172,39	
	1 814 903,07	
Previsão de mobilidades em outros organismos (68):	1 455 712,27	

Percebe-se assim que os montantes previstos respeitam a situações já autorizadas que têm de ser ajustadas por força da redução do orçamento aprovado caso não haja o necessário reforço em sede de execução orçamental.

Este quadro de recursos humanos, com evidente repercussão na despesa do agrupamento 01 - gastos com o pessoal no orçamento de 2019, não colocará em risco a regra do equilíbrio orçamental, sendo garantido em contrapartida do agrupamento 02, na medida em que, quer os PREVPAP, quer os novos recrutamentos, deixam de constituir despesa neste agrupamento. De realçar que é ainda expectável que o aumento nesta rubrica seja inferior à despesa inerente ao recurso a contratos de prestação de serviços, ou seja, conduzindo a um quadro de economia e racionalização de despesa.

No que respeita aos PREVPAP, a redução correspondente em Fornecimentos e Serviços Externos anualizada é estimada em 1.655.808,00€³ o que assegura uma poupança anual de 994.889,53€.

Os montantes referidos na parte referente a informação adicional no quadro supra, são montantes estimados que apenas serão concretizados em caso de autorização dos recrutamentos ou efetivação das mobilidades.

Clarificados os números matéria de recursos humanos, crê-se pertinente reiterar que tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS, em diversas áreas, consubstanciadas em vários diplomas legais que regem a sua atuação, nomeadamente, na prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística⁴; serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação⁵; no funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)⁶ e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS)⁷; e recentemente, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabendo à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)⁸.

Decorrente deste crescimento, o reforço de recursos internos assume-se como um fator de elevadíssima criticidade no âmbito da sua atuação e responsabilidades, tendo em vista garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, a manutenção dos serviços com qualidade, tempestividade, bem como o alinhamento com os novos desafios emergentes das medidas sectoriais da Saúde do XXI Governo.

Na senda do exposto, entendeu o Conselho de Administração rever a respetiva estrutura organizacional, que se considera essencial para o desempenho institucional, com escopo no reforço do crescente papel

³ Montante anualizado do valor médio por hora das aquisições de bens e serviços de técnicos superiores (28,00€*8 horas*22 dias*12 meses * 28 PREVPAP = 1.655.808,00€)

⁴ Ver: Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro; Portaria n.º 406/2015, de 23 de novembro e Portaria n.º 111/2017, de 16 de março; Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro e Despacho n.º 9813/2013, de 25 de julho; Portaria n.º 227/2014, em 6 de novembro, alterada pela Portaria n.º 21/2015, de 4 de fevereiro; Despacho n.º 2839/2015, 26 de fevereiro de 2015; Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho; Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março; Despacho n.º 1081-A/2017, de 27 de janeiro; Despacho n.º 1249/2017, de 03 de fevereiro; Despacho n.º 5865/2017, de 04 de julho.

⁵ Ver: Despacho n.º 279/2015, de 12 de janeiro; Despacho n.º 7979-P/2015, de 20 de julho; Despacho n.º 9788/2015, de 27 de agosto; Despacho n.º 132/2015, de 15 de setembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2016, de 17 de outubro; Despacho n.º 1348/2017, de 08 de fevereiro; Despacho n.º 3455/2017, de 24 de abril.

⁶ Ver: Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho.

⁷ Ver: Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016, de 26 de outubro.

⁸ Ver: Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.

da SPMS orientado para a excelência, inovação e mudança. Esta revisão teve, portanto, em consideração o alinhamento da estrutura aos propósitos da SPMS e ao atual modelo operativo.

A SPMS depara-se assim com uma necessidade incontornável de reforço mínimo de recursos a afetar às múltiplas áreas de atuação, como comprovadamente decorre de articulação com a tutela. Esta previsão reflete um planeamento cuidado e preparado no estrito cumprimento de critérios de racionalização, qualidade, eficiência e segurança.

Decorrente desta realidade, em 05 de março de 2018, Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Saúde concordou com a aprovação de proposta do mapa de pessoal da SPMS para o ano 2018, que consta no **Anexo XII**, sendo que o mesmo vem dar resposta às necessidades efetivas da SPMS determinadas pelo aumento de atividade, bem como garantir a sustentabilidade futura.

Face a este contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, urge o dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos.

A necessidade de dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos, em detrimento do recurso massivo a empresas externas, em permanente rotatividade, e que não permitem a consolidação de conhecimentos necessários, pelos níveis de especialização exigidos para o setor, é também um fator de elevada criticidade e que impõe o crescimento do seu quadro de pessoal.

Desta forma, considera-se verificado o requisito relativamente à imprescindibilidade e relevante interesse, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas.

Cumprir ainda referir que este reforço do mapa de pessoal visa a internalização dos recursos na SPMS, uma vez que se tratam de necessidades permanentes, que à data são colmatadas através de contratos de prestação de serviços. Assim, assume-se como nuclear o aumento do quadro de pessoal, assegurando um quadro de economia e racionalização de despesa.

O aumento do quadro de pessoal para o ano 2019 não se encontra refletido nos gastos com o pessoal, apenas traduz os 441 postos de trabalho (440 sem o Fiscal Único) onde se inclui:

O quadro de dirigentes, cargos de direção e coordenação constantes na estrutura orgânica do regulamento da SPMS⁹, que não foram totalmente providos em 2018, muito embora que em 2019 se preveja a sua ocupação, porquanto visam garantir a prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço, assegurando o seu bom desempenho através da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e promovendo a economia, eficácia e eficiência das respetivas áreas de atuação.

Em termos gerais, a análise custo-benefício da estrutura de dirigentes não pode ser quantificada, dado que assume uma vertente intangível ligada à organização da entidade, capacidade de atuação, âmbito da

⁹ Homologado em 4 de dezembro de 2017 por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, nos termos do disposto na alínea l) do artigo 8.º dos estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, 69/2017, de 16 de junho, e 38/2018, de 11 de junho, aprovado em sede do Plano de Atividades e Orçamento 2018, em 29 de junho de 2018 por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

atividade desenvolvida e persecução de objetivos. Numa outra vertente, assume uma componente relevante para minimizar os riscos constantes do “Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão”.

Acresce salientar que foram internalizados os prestadores de serviços, que correspondiam a necessidades permanentes desta Entidade, que se candidataram no âmbito da legislação em vigor atinente ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, com previsão na Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro e nas Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, as atribuições de gestão e exploração do Centro de Conferência de Faturas (CCF), que passou a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização do SNS, foram transferidas para a SPMS. Decorrente destas novas atribuições, foi autorizado o reforço de 50 recursos, através do despacho n.º 516/18 – SET, de 29 de junho de 2018.

Por outro lado, ao aumento de atribuições da SPMS também corresponde o aumento da receita da qual uma parte deveria, na nossa perspetiva gestonária, ser possível afetar ao correspondente aumento de pessoal.

	2017	2018	2019
N.º de RH aprovados/solicitados (incluindo FU)	281	396	441
Nº Trabalhadores em efetividade de funções a 31/12	281	275	300
Desp. Pessoal / Vol. Neg.	58,38%	45,87%	31,65%
Despesas Pessoal	9 572 555,75 €	9 144 049,42 €	9 763 189,00 €
Volume de Negócios	16 396 383,74 €	19 936 703,13 €	30 846 529,00 €

Cumpra ainda referir a importância do reforço/provimento dos lugares do mapa de pessoal, através da aprovação de novos recrutamentos, tendo reiteradamente sido enviados vários pedidos para aprovação nos termos da legislação aplicável, correspondendo os mesmos às necessidades de resposta perante novas atribuições, passando por uma internalização dos recursos que atualmente já desenvolvem funções na SPMS através de prestadores de serviço, mas que correspondem a necessidades permanentes desta Entidade.

Nesta esteira, e em consonância com Decreto-Lei de Execução Orçamental, solicita-se a aprovação para o recrutamento destinado à substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanente, garantido que estejam cumpridos todos os requisitos nos termos do n.º 3 do artigo 157.º do referido diploma legal.

RESUMO DO ORÇAMENTO

Em termos orçamentais o quadro previsional é o seguinte:

Programa – 013 Saúde Ministério da Saúde Designação Serviço: SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE Código Serviço: 5842						
RCE	Designação	CGE 2017	Orç 2018	Orç 2019	Variação face a 2018	
					Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(5)=(4)-(2)	(6)=(5)/(2)
R.05	Rendimentos de propriedade	0	0	1 000	1 000	
R.07	Venda de bens e serviços	23 549 783	38 809 795	37 911 010	-898 785	-2%
R.06 + R.10	Transferências	33 157 778	51 627 765	47 379 011	-4 248 754	-8%
R.08 + R.15	Outras receitas	1 211 782	0	0	0	
R.11 + R.12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0	0	
R.16	Saldo da gerência anterior	473 047	0	0	0	
Total Receita (b)		58 392 390	90 437 560	85 291 021	-5 146 539	-6%
D.01	Despesas com o pessoal	9 589 151	8 858 716	9 763 189	904 473	10%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	7 211 931	6 944 726	7 433 610	488 884	7%
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	644 044	338 476	688 160	349 684	103%
D.01.03	Segurança Social	1 733 176	1 575 514	1 641 419	65 905	4%
D.02	Aquisição de bens e serviços	35 501 977	67 607 599	54 915 196	-12 692 403	-19%
D.03	Juros e outros encargos	0	1 000	1 000	0	0%
D.07	Investimento	1 988 212	10 000 000	18 013 836	8 013 836	80%
D.06 + D.11	Outras despesas	618 831	3 970 245	2 597 800	-1 372 445	-35%
D.09 + D.10	Ativos/Passivos Financeiros (c)	0	0	0	0	
Total Despesa (d)		47 698 171	90 437 560	85 291 021	-5 146 539	-6%
Por memória					0	
(e) = (b) - (a)	Receita efetiva	57 919 343	90 437 560	85 291 021	-5 146 539	-9%
(f) = (d) - (c)	Despesa efetiva	47 698 171	90 437 560	85 291 021	-5 146 539	-11%
(g) = (e) - (f)	Saldo Global	10 221 172	0	0	0	0%

Analisando o resumo do orçamento para 2019 verifica-se que no capítulo 06 está prevista a transferência ao abrigo da componente de manutenção dos sistemas de informação no valor de 24M€ (a qual sofreu uma redução de 20 M€ face aos plafonds aprovados pela ACSS aquando da elaboração da proposta de orçamento). Este capítulo incorpora ainda uma diminuição de 1M€ referente ao Centro de Contacto SNS24 e o aumento do financiamento do Centro de Controlo e Monitorização do SNS em 2.392.894€ face ao orçamento de 2018. O restante aumento está relacionado com fundos comunitários, no qual foram acrescidos 10 M€ por contrapartida numa redução de 10 M€ no Contrato-Programa (capítulo 07), situação que torna irrealista a arrecadação deste montante de receitas comunitárias, levando assim a uma redução global efetiva no orçamento para 2019 de 30 M€.

No que respeita ao agrupamento 01, o acréscimo explica-se pelo reforço das atribuições da SPMS, E. P.E em diversas áreas em especial pelo efeito da anualização das entradas ocorridas em 2018, decorrentes do Despacho n.º 516/18-SET, de 29.06.2018, bem como dos PREVPAP, por força da aplicação da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro e das Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro.

A diminuição do agrupamento 02 decorre do ajustamento orçamental em receitas gerais e receitas próprias face ao proposto pela SPMS.

O agrupamento 07 inclui sobretudo o investimento relacionado com Beneficiação de Edifícios, Investimentos da Infraestrutura Tecnológica da SPMS.

FINANCIAMENTOS EXTERNOS

No que respeita a financiamentos externos destacam-se os projetos SAMA, com a seguinte composição:

Un: Eur.

Projetos SAMA		Financiamento			Incentivo FEDER		
Descrição da operação	Elegível Aprovado	Incentivo FEDER	Comparticipação Nacional	2018	2019	2020	
Referenciação Eletrónica para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	572 182,70	413 243,46	158 939,24	229 072,96	184 170,50	0,00	
Evolução tecnológica para SONHOv2	391 280,00	278 903,70	112 376,30	139 451,85	139 451,85	0,00	
Registo Oncológico Nacional	238 590,74	167 398,40	71 192,34	141 888,20	25 510,20	0,00	
Serviços de Agendamento e Marcação de Consultas OMNICAL	900 441,97	660 577,92	239 864,05	9 083,91	648 827,08	2 666,93	
Plataforma para os Dados de Referência da Saúde	801 413,18	602 823,91	198 589,27	0,00	602 823,91	0,00	
+Proximidade@ULSM	153 019,36	126 377,97	26 641,39	0,00	126 377,97	0,00	
Expansão do Processo Clínico Eletrónico	153 019,36	126 377,97	26 641,39	0,00	126 377,97	0,00	
TOTAL	3 209 947,31	2 375 703,33	834 243,98	519 496,92	1 853 539,48	2 666,93	

Os projetos SAMA representam 1.853.540€ da previsão de receitas de transferências da União Europeia e os projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia representam 865.733€. A composição dos projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia é, atualmente, a seguinte:

Un: Eur.

Projetos Financiados Diretamente							
Projeto	Orçamento Aprovado	% Financiamento	Financiamento	Anos Anteriores	2019	2020	2021
ESPint	183 295 €	75%	137 471 €	- €	137 471 €	- €	- €
ProEmpower	817 094 €	90%	735 385 €	183 846 €	183 846 €	183 846 €	183 846 €
eHealthAction	900 000 €	60%	540 000 €	- €	180 000 €	180 000 €	180 000 €
Trillium II	28 988 €	100%	28 988 €	10 395 €	18 593 €	- €	- €
eHDSI	851 372 €	75%	638 529 €	319 265 €	- €	319 265 €	- €
HEALTHeID	238 606 €	100%	238 606 €	- €	238 606 €	- €	- €
mHealth Hub	153 700 €	100%	153 700 €	- €	51 233 €	51 233 €	51 233 €
Digital Health Europe	167 950 €	100%	167 950 €	- €	55 983 €	55 983 €	55 983 €
TOTAL	3 341 005 €		2 640 629 €	513 506 €	865 733 €	790 327 €	471 063 €

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

No âmbito do orçamento de Receita

Dados constantes nos mapas orçamentais:		Un: Eur.
Classificação económica - Capítulo económico	Montante	
05 - Rendimentos de Propriedade	1 000	
06 - Transferências Correntes	47 379 011	
07 - Venda de bens e serviços	37 911 010	
Total	85 291 021	

Dados constantes no PAO 2019:				Un: Eur.
Detalhe	Montante	IVA	Total	
Juros			1 000	
Subsídios à exploração				
OE CP Contínuo	24 000 000	0	24 000 000	
OE CP CCMSNS	2 392 894	0	2 392 894	
OE CP CC SNS 24	8 266 844	0	8 266 844	
SAMA	1 853 540	0	1 853 540	
UE	865 733	0	865 733	
Subtotal de subsídios à exploração	37 379 011			
Prestações de serviços				
ACSS CP Projetos em Desenvolvimento	24 543 898	5 645 097	30 188 995	
ACSS CP PRESI.CSP	2 075 300	477 319	2 552 619	
Serviços Partilhados	771 455	177 435	948 890	
SITAM	437 076	100 527	537 603	
Direcção Geral da Saúde	2 685 894	617 756	3 303 650	
RAM Ilsaúde Madeira	36 898	8 487	45 385	
INCM	131 390	0	131 390	
SCM's	81 301	18 699	100 000	
RAA - Saudaço - Açores	83 317	19 163	102 480	
Subtotal de prestações de serviços	30 846 529			
Outros rendimentos não considerados no orçame	498 359			
Montante de Fundos Comunitários não reconhecido			10 000 000	
Acertos	0	0	-2	
Total	68 723 899	7 064 483	85 291 021	

Reconciliação de valores		Un: Eur.
Rendimentos inscritos na Demonstração de Resultados:	68 723 899	
Montante de Fundos Comunitários não reconhecido	10 000 000	
Incorporação do Iva	7 064 483	
Outros rendimentos não considerados no orçamento	-498 359	
Juros não reconhecidos como rendimentos	1 000	
Acertos	-2	
Orçamento aprovado para 2019	85 291 021	
Diferença	0	

No âmbito do orçamento de Despesa

Dados constantes nos mapas orçamentais

Un: Eur.

Classificação económica - Agrupamento económico	Aprovado
01 - Despesas com o pessoal	9 763 189
02 - Aquisição de bens e serviços	54 915 196
03 - Juros e outros encargos	1 000
06 - Outras despesas correntes	2 597 800
07 - Aquisição de bens de capital	18 013 836
Total	85 291 021

Dados constantes no PAO 2019

Un: Eur.

Detalhe	Montante	IVA	Total
Fornecimentos e Serviços Externos*	47 760 500	7 154 696	54 915 196
Gastos com o pessoal	9 763 189		9 763 189
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	550 000		550 000
Pagamentos de IVA	400 000		400 000
Reserva	1 197 800		1 197 800
Outras despesas	450 000		450 000
Investimento	6 515 314	1 498 522	8 013 836
Investimento não considerado	10 000 000		10 000 000
Juros	1 000		1 000
Total	76 637 803	8 653 218	85 291 021

*Existe uma componente de IVA não dedutível - financiamento do OE

Reconciliação de valores

Un: Eur.

Gastos inscritos na Demonstração de Resultados	62 994 162
Reserva	1 197 800
Incorporação do Iva	8 653 218
Pagamentos de IVA	400 000
Depreciações	-2 810 955
Diferença entre imposto estimado e pago	-1 411 185
Outras despesas não consideradas como gastos	450 000
Investimento	6 515 314
Outros gastos não considerados como despesa	-698 333
Investimento com financiamento comunitário improvável	10 000 000
Juros orçamentados	1 000
Orçamento aprovado para 2019	85 291 021
Diferença	0

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROJETO DO ORÇAMENTO

DGO Orçamento

Anexo à Circular OE2019
Série A N.º 1390

Anexo XI

Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa:	013 - SAÚDE
Ministério:	MINISTÉRIO DA SAÚDE
Designação Serviço:	SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.
Código Serviço:	5842

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço ☒
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela ☒
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) ☒
- Demonstrações financeiras previsionais * ☒
- Parecer do órgão de fiscalização ** ☒
- Documento comprovativo do NIPC/NIF *** ☐
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA) ☒
- Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X) ☒
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. **** ☒

O responsável máximo do serviço

**João Luís da
Costa Rito
Dias Martins**

Assinado de forma
digital por João Luís da
Costa Rito Dias Martins
Dados: 2018.08.27
09:53:26 +01'00'

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2018 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2017.

**** Aplicável às EPR.

Projeção das Demonstrações Financeiras e Orçamentais para o triénio 2019-2021

Projeção do esforço público

O montante do Acordo de Manutenção com a ACSS, referente à componente da manutenção dos sistemas em contínuo, que consta do mapa de transferências orçamentais do Orçamento do Estado (OE) para 2019, ascende a 24.000.000,00 €, mais 8.266.844,00€ destinados ao Centro de Contacto do SNS e 2.392.894,00€ destinados ao Centro de Monitorização do SNS.

Orçamento e Demonstrações Financeiras para o triénio 2019-2021

ORÇAMENTO PARA O TRIÉNIO 2019 - 2021

Programa – 013 Saúde Ministério da Saúde Designação Serviço: SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE Código Serviço: 5842				
RCE		Orç 2019	Orç 2020	Orç 2021
Designação		(1)	(2)	(3)
R.05	Rendimentos de propriedade	1 000	1 014	1 031
R.07	Venda de bens e serviços	37 911 010	38 441 764	39 095 274
R.06 + R.10	Transferências (UE, Países Terceiros e Organiz.)	47 379 011	48 042 317	48 859 036
R.08 + R.15	Outras receitas	0	0	0
R.11 + R.12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0
R.16	Saldo da gerência anterior	0	0	0
Total Receita (b)		85 291 021	86 485 095	87 955 341
D.01	Despesas com o pessoal	9 763 189	9 899 874	10 068 172
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	7 433 610	7 537 681	7 665 822
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	688 160	697 794	709 656
D.01.03	Segurança Social	1 641 419	1 664 399	1 692 694
D.02	Aquisição de bens e serviços	54 915 196	55 684 009	56 630 637
D.03	Juros e outros encargos	1 000	1 014	1 031
D.07	Investimento	18 013 836	18 266 030	18 576 553
D.06 + D.11	Outras despesas	2 597 800	2 634 168	2 678 948
D.09 + D.10	Ativos/Passivos Financeiros (c)	0	0	0
Total Despesa (d)		85 291 021	86 485 095	87 955 341
Por memória				
(e) = (b) - (a)	Receita efetiva	85 291 021	86 485 095	87 955 341
(f) = (d) - (c)	Despesa efetiva	85 291 021	86 485 095	87 955 341
(g) = (e) - (f)	Saldo Global	0	0	0

BALANÇO TRIÉNIO 2019 - 2021

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2019 (prev.)	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)
ATIVO			
Ativo não corrente	10 516 159,74	12 783 638,27	14 059 961,03
Ativos fixos tangíveis	9 325 640,98	12 191 902,93	13 717 721,80
Ativos intangíveis	1 190 518,76	591 735,34	342 239,23
Ativo Corrente	14 889 555,19	18 161 479,21	20 906 735,99
Clientes, contribuintes e utentes	3 131 548,54	3 206 033,95	3 260 536,48
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber	3 123 470,35	3 123 470,35	3 123 470,35
Diferimentos	774 683,58	774 683,58	774 683,58
Caixa e depósitos	7 859 852,72	11 057 291,33	13 748 045,58
Total do Ativo	25 405 714,93	30 945 117,48	34 966 697,02

Rubricas	31DEZ2019 (prev.)	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	5 066 777,68	6 212 725,08	7 152 893,08
Resultados transitados	-30 081 141,17	-25 497 351,57	-21 736 679,57
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 747 487,22	5 747 487,22
Resultado líquido do período	5 729 737,00	4 700 840,00	4 028 391,00
Total do capital próprio	12 723 549,73	17 424 389,73	21 452 780,73
PASSIVO			
Passivo não corrente	250 708,11	250 708,11	250 708,11
Provisões	250 708,11	250 708,11	250 708,11
Passivo Corrente	12 431 457,09	13 270 019,64	13 263 208,18
Fornecedores	2 238 133,17	2 195 167,04	2 234 609,86
Estado e outros entes públicos	2 349 921,25	3 028 675,80	2 776 200,56
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	3 138 782,93	3 341 557,06	3 547 778,02
Diferimentos	4 704 619,74	4 704 619,74	4 704 619,74
Total do passivo	12 682 165,20	13 520 727,75	13 513 916,29
Total do Património Líquido e Passivo	25 405 714,93	30 945 117,48	34 966 697,02

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS TRIÉNIO 2019 - 2021

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2019 (prev.)	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)
Prestações de serviços	30 846 529,00	31 278 380,00	31 810 112,00
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	37 379 011,00	37 902 317,00	38 546 656,00
Fornecimentos e Serviços Externos	-47 760 500,00	-48 429 147,00	-49 252 442,00
Gastos com pessoal	-9 763 189,00	-9 899 874,00	-10 068 172,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	498 359,00	505 336,00	513 927,00
Outros gastos e perdas	-698 333,00	-708 110,00	-720 148,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	10 501 877,00	10 648 902,00	10 829 933,00
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-2 810 955,00	-4 339 050,00	-5 422 697,00
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	7 690 922,00	6 309 852,00	5 407 236,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de Impostos	7 690 922,00	6 309 852,00	5 407 236,00
Imposto sobre o rendimento	-1 961 185,00	-1 609 012,00	-1 378 845,00
Resultado líquido do período	5 729 737,00	4 700 840,00	4 028 391,00

FLUXOS DE CAIXA TRIÉNIO 2019 - 2021

Un: Eur.

	31DEZ2019 (prev.)	31DEZ2020 (prev.)	31DEZ2021 (prev.)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	47 539 318,77	38 397 921,99	39 071 935,23
Pagamentos a fornecedores	-60 662 029,39	-52 726 975,13	-53 591 194,18
Pagamentos ao pessoal	-8 591 422,35	-8 711 702,58	-8 859 801,65
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-21 714 132,97	-23 040 755,72	-23 379 060,60
Outros Recebimentos / Pagamentos	34 616 091,19	34 364 224,33	34 309 609,85
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12 901 958,22	11 323 468,61	10 930 549,25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-7 753 836,36	-7 862 390,00	-7 972 464,00
Ativos intangíveis	-259 999,86	-263 640,00	-267 331,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8 013 836,22	-8 126 030,00	-8 239 795,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	4 888 122,00	3 197 438,61	2 690 754,25
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	2 971 730,72	7 859 852,72	11 057 291,33
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	7 859 852,72	11 057 291,33	13 748 045,58
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
- Equivalentes a caixa no início do período	2 971 730,72	7 859 852,72	11 057 291,33
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	2 971 730,72	7 859 852,72	11 057 291,33
De execução orçamental	2 170 569,38	7 058 691,38	10 257 291,33
De operações de tesouraria	801 161,34	801 161,34	800 000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período	7 859 852,72	11 057 291,33	13 748 045,58
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	7 859 852,72	11 057 291,33	13 748 045,58
De execução orçamental	7 058 691,38	10 257 291,33	12 948 045,58
De operações de tesouraria	801 161,34	800 000,00	800 000,00

INDICADORES TRIÉNIO 2019 - 2021

INDICADORES DE GESTÃO	2019	2020	2021
Prazo médio de pagamentos	29,93	28,13	27,32
Prazo médio de recebimentos	32,51	32,74	28,06
Saldo médio de fornecedores	3 916 733,05 €	3 731 783,97 €	3 687 106,28 €
Saldo médio de clientes	2 747 660,14 €	2 805 279,71 €	2 445 402,36 €
Autonomia Financeira	50%	56%	61%
Liquidez Geral	1,20	1,37	1,58
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS TRIÉNIO 2019 - 2021

Un: Eur.

PRC	2019	2020	2021
	Previsão	Previsão	Previsão
(1) CMVMC (€)	-	-	-
(2) FSE (€)	47 760 500,00	48 429 147,00	49 252 442,00
(3) Gastos com pessoal (€)	9 763 189,00	9 899 874,00	10 068 172,00
Indemnizações	0,00	0,00	0,00
Valorizações remuneratórias	0,00	0,00	0,00
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	57 523 689,00	58 329 021,00	59 320 614,00
(5) Volume de Negócios (VN)	30 846 529,00	31 278 380,00	31 810 112,00
Subsídios à exploração	37 379 011,00	37 902 317,00	38 546 656,00
Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	186,5%	186,5%	186,5%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	349 450,57	349 450,57	349 450,57
(8) Ajudas de custo (Valor)	67 437,94	67 437,94	67 437,94
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	105 228,92	105 228,92	105 228,92
(7) + (8) + (9)	522 117,43	522 117,43	522 117,43
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	1 013 571,39	1 013 571,39	1 013 571,39

Projeção das Demonstrações Financeiras e Orçamentais de 2019 por trimestre

BALANÇO TRIMESTRAL

Un: Eur.

Rubricas	março 2019	junho 2019	setembro 2019	dezembro 2019
ATIVO				
Ativo não corrente	7 736 553,21	8 662 642,90	9 588 732,59	10 516 159,74
Ativos fixos tangíveis	6 042 263,28	7 136 276,69	8 230 290,11	9 325 640,98
Ativos intangíveis	1 694 289,94	1 526 366,21	1 358 442,49	1 190 518,76
Ativo Corrente	10 617 790,32	13 091 441,85	10 263 848,05	14 889 555,19
Cientes, contribuintes e utentes	1 573 329,44	4 727 543,49	1 558 219,10	3 131 548,54
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber	780 867,59	5 247 827,14	1 561 735,18	3 123 470,35
Diferimentos	193 670,90	193 670,90	193 670,90	774 683,58
Caixa e depósitos	8 069 922,40	2 922 400,32	6 950 222,88	7 859 852,72
Total do Ativo	18 354 343,53	21 754 084,75	19 852 580,64	25 405 714,93

Rubricas	março 2019	junho 2019	setembro 2019	dezembro 2019
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	5 066 777,68	5 066 777,68	5 066 777,68	5 066 777,68
Resultados transitados	-30 081 141,17	-30 081 141,17	-30 081 141,17	-30 081 141,17
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 747 487,22	5 747 487,22	5 747 487,22
Resultado líquido do período	558 671,27	635 046,57	1 165 930,73	5 729 737,00
Total do Património Líquido	7 552 484,00	7 628 859,30	8 159 743,46	12 723 549,73
PASSIVO				
Passivo não corrente	250 708,11	250 708,11	250 708,11	250 708,11
Provisões	250 708,11	250 708,11	250 708,11	250 708,11
Passivo Corrente	10 551 151,42	13 874 517,34	11 442 129,06	12 431 457,09
Fornecedores	2 238 133,17	8 952 532,67	2 238 133,17	2 238 133,17
Estado e outros entes públicos	191 223,05	217 364,93	399 076,96	2 349 921,25
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	3 417 175,46	0,00	4 100 299,19	3 138 782,93
Diferimentos	4 704 619,74	4 704 619,74	4 704 619,74	4 704 619,74
Total do passivo	10 801 859,53	14 125 225,45	11 692 837,17	12 682 165,20
Total do Património Líquido e Passivo	18 354 343,53	21 754 084,75	19 852 580,64	25 405 714,93

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS TRIMESTRAL

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	março 2019	junho 2019	setembro 2019	dezembro 2019
Vendas e Prestações de Serviços	7 678 784,75	15 357 569,50	23 036 354,25	30 846 529,00
Subsídios à exploração	9 344 752,75	18 689 505,50	28 034 258,25	37 379 011,00
Fornecimentos e Serviços Externos	13 428 799,00	26 857 598,00	40 286 397,00	47 760 500,00
Gastos com pessoal	2 092 111,93	4 881 594,50	6 973 706,43	9 763 189,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	124 589,75	124 589,75	124 589,75	498 359,00
Outros gastos e perdas	174 583,25	174 583,25	261 874,88	698 333,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	1 452 633,07	2 257 889,00	3 673 223,95	10 501 877,00
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-702 738,75	-1 405 477,50	-2 108 216,25	-2 810 955,00
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)	749 894,32	852 411,50	1 565 007,70	7 690 922,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	749 894,32	852 411,50	1 565 007,70	7 690 922,00
Imposto sobre o rendimento	-191 223,05	-217 364,93	-399 076,96	-1 961 185,00
Resultado líquido do período	558 671,27	635 046,57	1 165 930,73	5 729 737,00

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA TRIMESTRAL

Un: Eur.

	março 2019	junho 2019	setembro 2019	dezembro 2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	20 664 279,40	26 987 817,85	39 634 894,74	47 539 318,77
Pagamentos a fornecedores	20 375 632,39	36 042 564,56	49 471 363,56	60 662 029,39
Pagamentos ao pessoal	1 841 019,08	4 295 711,18	6 136 730,25	8 591 422,35
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-1 552 372,06	-13 350 457,88	-15 973 199,07	-21 714 132,97
Outros Recebimentos / Pagamentos	8 654 022,80	17 308 045,60	25 962 068,39	34 616 091,19
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)	7 101 650,73	3 957 587,71	9 988 869,33	12 901 958,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	1 938 459,09	3 876 918,18	5 815 377,27	7 753 836,36
Ativos intangíveis	64 999,97	129 999,93	194 999,90	259 999,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)	-2 003 459,06	-4 006 918,11	-6 010 377,17	-8 013 836,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (a + b + c)	5 098 191,68	-49 330,40	3 978 492,16	4 888 122,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	8 069 922,40	2 922 400,32	6 950 222,88	7 859 852,72
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período				
- Equivalentes a caixa no início do período	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72	2 971 730,72
De execução orçamental	2 171 730,72	2 171 730,72	2 171 730,72	2 171 730,72
De operações de tesouraria	800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período				
- Equivalentes a caixa no fim do período	8 069 922,40	2 922 400,32	6 950 222,88	7 859 852,72
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	8 069 922,40	2 922 400,32	6 950 222,88	7 859 852,72
De execução orçamental	7 269 922,40	2 122 400,32	6 150 222,88	7 059 852,72
De operações de tesouraria	800 000,00	800 000,00	800 000,00	800 000,00

CAPÍTULO IV | ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS ÀS QUESTÕES FORMULADAS PELA UTAM

Sobre as situações identificadas pela UTAM no respetivo Relatório n.º 104/2019, de 08 de maio, cabe informar o seguinte, tomando por referência os pontos do aludido relatório:

PONTO 1. B. referente à conclusão da UTAM de *“Não concessão de autorização devido à deficiente fundamentação” para os acréscimos de pessoal.*

ESCLARECIMENTO SPMS:

No que respeita à evolução do número total de recursos aprovados/solicitados, o quadro infra ilustra a respetiva projeção do ano 2018 para 2019:

Detalhe explicativo da evolução do n.º de RH aprovados/solicitados	
Quadro atual	396
Recrutamentos autorizados - CCMSNS	50
Recrutamentos autorizados - PREVPAP	28
Pedido recrutamento séniores	25
Pedido recrutamento base de carreira	32
Previsão de mobilidades	16
Trabalhadores temporariamente saídos	68
Lugares não preenchidos	-121
Recrutamentos autorizados já preenchidos - CCMSNS	-25
Recrutamentos autorizados já preenchidos - PREVPAP	-28
Total - Projeção da necessidade de quadro de pessoal	441

De referir que o aumento dos 396 lugares do Mapa Pessoal aprovado para 2018, para os 441 pretendidos para o Mapa de Pessoal de 2019, considera-se:

- As entradas decorrentes do Despacho n.º 516/18-SET, de 29 de junho;
- A entrada dos PREVPAP, por força da aplicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e das Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro;
- O pedido de recrutamento de elementos séniores – cfr. ofícios n.º 497, de 31 de janeiro de 2019; n.º 3258, de 17 de maio de 2019 e n.º 3351, de 24 de maio de 2019. **(Anexo XI, A.)**
- O pedido de recrutamento de técnicos de base de carreira de 60 postos de trabalho que foi ajustado para 32, atento ao facto das entradas dos 28 PREVPAP – cfr. ofício n.º 5731, de 10 de dezembro de 2018. **(Anexo XI, B.)**
- A previsão de mobilidades pendente-se com a integração de processos de mobilidade que se encontravam em curso, à data da submissão do PAO, para diversas áreas, perfis esses já

identificados e que requeriam conhecimentos no âmbito do funcionamento do SNS, bem como conhecimentos especializados na área da saúde.

- f. O regresso de trabalhadores que se encontram à data em mobilidade em outros organismos públicos, sendo que não é expectável o eventual retorno no decurso do ano de 2019. Estes recursos constituem necessidades permanentes nos organismos onde prestam as respetivas funções, pretendendo-se apenas garantir lugar no mapa de pessoal, não se afigurando a necessidade de acompanhamento orçamental para o efeito. As entidades onde estes recursos se encontram em exercício de funções, já se encontram a diligenciar no sentido de prover mapa de pessoal com vista a consolidar as respetivas mobilidades.

Quanto à evolução do número total de lugares de recursos humanos preenchidos, o quadro infra ilustra a respetiva projeção do ano 2018 para 2019:

Detalhe explicativo da evolução do n.º total de lugares de RH preenchidos	
N.º Total de RH preenchidos a 31DEZ18	275
Recrutamento já autorizado a preencher no decorrer de 2019 - CCMSNS	25
Total - Projeção do N.º Total de RH preenchidos a 31DEZ19	300
Dos quais:	
a) Dirigentes	
N.º de Dirigentes sem O.S. em 31DEZ18	39
Preenchimento máximo a decorrer no ano de 2019	7
Subtotal de N.º de Dirigentes sem O.S. em 31DEZ19	46
b) Trabalhadores	
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31DEZ18	232
Recrutamento já autorizado a preencher no decorrer de 2019 - CCMSNS	25
Reclassificação para dirigente a decorrer no ano de 2019 (eventual)	-7
Subtotal de N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31DEZ19	250

Clarificados os números matéria de recursos humanos, crê-se pertinente reiterar que tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS, em diversas áreas, consubstanciadas em vários diplomas legais que regem a sua atuação, nomeadamente, na prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística¹⁰, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação

¹⁰ Ver: Portaria n.º 55/2013, de 7 de fevereiro, Portaria n.º 406/2015, de 23 de novembro e Portaria n.º 111/2017, de 16 de março; Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro e Despacho n.º 9813/2013, de 25 de julho; Portaria n.º 227/2014, em 6 de novembro, alterada pela Portaria n.º 21/2015, de 4 de fevereiro; Despacho n.º 2839/2015, 26 de fevereiro de 2015; Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho; Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março; Despacho n.º 1081-A/2017, de 27 de janeiro; Despacho n.º 1249/2017, de 03 de fevereiro; Despacho n.º 5865/2017, de 04 de julho.

e comunicação¹¹; no funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)¹² e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS)¹³; e recentemente, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabendo à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)¹⁴.

Decorrente deste crescimento, o reforço de recursos internos assume-se como um fator de elevadíssima criticidade no âmbito da sua atuação e responsabilidades, tendo em vista garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, a manutenção dos serviços com qualidade, tempestividade, bem como o alinhamento com os novos desafios emergentes das medidas sectoriais da Saúde do XXI Governo.

A SPMS depara-se assim com uma necessidade incontornável de reforço mínimo de recursos a afetar às múltiplas áreas de atuação, como comprovadamente decorre de articulação com a tutela. Esta previsão reflete um planeamento cuidado e preparado no estrito cumprimento de critérios de racionalização, qualidade, eficiência e segurança.

Face a este contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, urge o dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos.

Cumpre ainda referir que este reforço do mapa de pessoal visa a internalização dos recursos na SPMS, uma vez que se tratam de necessidades permanentes, que à data são colmatadas através de contratos de prestação de serviços. Assim, assume-se como nuclear o aumento do quadro de pessoal, assegurando um quadro de economia e racionalização de despesa.

O aumento do quadro de pessoal para o ano 2019 não se encontra refletido nos gastos com o pessoal, apenas traduz os 441 postos de trabalho (440 sem o Fiscal Único) onde se inclui:

O quadro de dirigentes, cargos de direção e coordenação constantes na estrutura orgânica do regulamento da SPMS¹⁵, que não foram totalmente providos em 2018, muito embora que em 2019 se preveja a sua ocupação, porquanto visam garantir a prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço, assegurando o seu bom desempenho através da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e promovendo a economia, eficácia e eficiência das respetivas áreas de atuação.

Em termos gerais, a análise custo-benefício da estrutura de dirigentes não pode ser quantificada, dado que assume uma vertente intangível ligada à organização da entidade, capacidade de atuação, âmbito da

¹¹ Ver: Despacho n.º 279/2015, de 12 de janeiro; Despacho n.º 7979-P/2015, de 20 de julho; Despacho n.º 9788/2015, de 27 de agosto; Despacho n.º 132/2015, de 15 de setembro; Resolução do Conselho de Ministro n.º 62/2016, de 17 de outubro; Despacho n.º 1348/2017, de 08 de fevereiro; Despacho n.º 3455/2017, de 24 de abril.

¹² Ver: Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho.

¹³ Ver: Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016, de 26 de outubro.

¹⁴ Ver: Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.

¹⁵ Homologado em 4 de dezembro de 2017 por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, nos termos do disposto na alínea l) do artigo 8.º dos estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, 69/2017, de 16 de junho, e 38/2018, de 11 de junho, aprovado em sede do Plano de Atividades e Orçamento 2018, em 29 de junho de 2018 por Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

atividade desenvolvida e persecução de objetivos. Numa outra vertente, assume uma componente relevante para minimizar os riscos constantes do “Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão”.

Acresce salientar que foram internalizados os prestadores de serviços, que correspondiam a necessidades permanentes desta Entidade, que se candidataram no âmbito da legislação em vigor atinente ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, com previsão na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e nas Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho, as atribuições de gestão e exploração do Centro de Conferência de Faturas (CCF), que passou a denominar-se Centro de Controlo e Monitorização do SNS, foram transferidas para a SPMS. Decorrente destas novas atribuições, foi autorizado o reforço de 50 recursos, através do despacho n.º 516/18 – SET, de 29 de junho de 2018.

PONTO 1. B. referente à conclusão da UTAM de **“Não concessão de autorização” para o aumento dos gastos com pessoal de 9,1 M€ (2018) para 9,8M € (2019)**

ESCLARECIMENTO SPMS:

A presente proposta de PAO reflete os ajustamentos orçamentais entre os plafonds orçamentais que constaram na anterior proposta de orçamento de 2019, aprovados pela ACSS, e os efetivamente autorizados em sede da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2019.

No âmbito das despesas com o pessoal, este ajustamento traduziu-se em menos 4M€ face à proposta inicial, tendo sido aprovado um montante de 9.763.189,00€ no agrupamento 01, coincidindo com os gastos com pessoal na ótica económica, para efeitos previsionais¹⁶.

Nesta sequência, e nos termos das instruções da DGTF, o quadro que se segue mostra a evolução de diversos indicadores em matéria de recursos humanos:

¹⁶ Importa salientar que as Instruções da DGTF através do Ofício Circular n.º 4219 de 14 de agosto de 2018 obrigam a que os montantes dos Instrumentos Previsionais de Gestão sejam consistentes com o orçamento.

Un: Eur.

RH	Previsão	Previsão	Execução	Execução	Var 2019/2018	
	2020	2019	2018	2017	Valor	%
Gastos com pessoal DR (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	9 899 874,00	9 763 189,00	9 144 049,42	9 572 555,75	619 139,58	7%
(a) Gastos com Órgãos Sociais (€)	244 163,00	244 163,00	244 163,00	208 941,75	0,00	0%
(b) Gastos com Cargos de Direção (€)	1 986 739,19	1 986 739,19	1 732 367,55	1 136 458,98	254 371,64	15%
(c) Remunerações do Pessoal	5 736 809,94	5 625 870,70	5 311 074,11	6 228 661,67	314 796,59	6%
(i) Vencimentos base + Subs. Férias + Subs. Natal	5 736 809,94	5 625 870,70	5 311 074,11	6 228 661,67	314 796,59	6%
(ii) Outros Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(iii) Impacto reduções remuneratórias/suspensão subsídios em cada ano	0,00	0,00	0,00	113 424,27	0,00	0%
(iv) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º LOE 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(v) Impacto estimado com valorizações remuneratórias nos termos do Despacho nº 3476/2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(d) Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
(e) Ajudas de custo	67 437,94	67 437,94	67 437,94	60 899,85	0,00	0%
(f) Restantes encargos	1 864 723,93	1 838 978,17	1 722 358,06	1 720 223,32	116 620,11	7%
(g) Rescisões / Indemnizações (€)	0,00	0,00	66 648,76	217 370,18	-66 648,76	-100%
Gastos Totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii), (iv), (v) e (g)	9 899 874,00	9 763 189,00	9 077 400,66	9 241 761,30	685 788,34	8%
Designação	Previsão	Previsão	Execução	Execução	Var 2019/2018	
	2020	2019	2018	2017	Valor	%
N.º de RH aprovados/solicitados (incluindo FU)	441	441	396	281	45	11%
N.º Total de RH preenchidos	300	300	275	281	25	9%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	4	4	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	46	46	39	22	7	18%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes (número)	250	250	232	255	18	8%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(g))]	20,07%	20,35%	19,08%	12,15%		

(*) Número de lugares do quadro de pessoal aprovado no âmbito do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2018, sendo que estão preenchidos 275 a 31 de dezembro de 2018.

Na leitura dos gastos com pessoal, e no que respeita à respetiva variação de valor de 2018 para 2019, há que considerar o seguinte:

- A variação de gastos com cargos de Direção, no montante de 254.371,64€. O PAO 2018 previa já o presente número de Dirigentes, todavia, 17 destes lugares apenas foram providos após a aprovação do atual Regulamento Interno da SPMS, cujos efeitos se produziram a 1 de agosto de 2018 e, para além disso, existem 7 lugares a preencher durante o ano de 2019. Ora, a efetivação deste provimento acarreta o respetivo incremento dos gastos, todavia, esta componente foi ajustada em função do corte orçamental do Orçamento do Estado.
- A variação das remunerações com pessoal, no valor de 314.796,59 €, sendo que este montante foi ajustado até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2019. Importa referir que no PAO 2018 não foram considerados os recrutamentos decorrentes do PREVPAP, nem das novas atribuições decorrentes da internalização no Estado do anterior Centro de Conferência de Faturas na SPMS, com a criação de uma nova unidade orgânica o Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde, entretantos autorizados.

- c. Os restantes encargos no valor de 116.620,11 €, representam os encargos sociais e outros encargos com o pessoal das variações supra enunciadas e foram calculados atribuindo a mesma variação da totalidade dos gastos com pessoal (7%).

O aumento dos gastos com o pessoal considera, assim, a anualização das entradas ocorridas no último trimestre de 2018 e 2019, decorrentes assim do Despacho n.º 516/18-SET, de 29 de junho, bem como dos PREVPAP, por força da aplicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e das Portarias n.º 150/2017, de 3 de maio e n.º 331/2017, de 3 de novembro, até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2019.

No quadro seguinte informa-se, em detalhe, sobre as parcelas que contribuirão para o aumento dos gastos com pessoal:

Un: Eur.

Detalhe explicativo da variação dos gastos com pessoal		
(1) Gastos com pessoal em 2018	9 144 049,42	
(2) Variação dos gastos com cargos de direção		N.º de meses
Encargo despendido com 17 dirigentes em 2018	-340 736,41	5 meses + Sub Natal proporcional
Encargo previsto com 17 dirigentes em 2019	852 600,00	14 meses
Encargo referente ao preenchimento de 7 dirigentes em 2019	338 100,00	14 meses
Redução de gastos imposta pelo OE2019	-595 591,95	
Variação 2018/2019	254 371,64	
(3) Variação dos gastos com remunerações do pessoal		
Encargo com 28 PREVPAP em 2018	-71 166,35	2 meses
Encargo previsto com 28 PREVPAP em 2019	660 918,47	14 meses
Encargo despendido com 25 CCMSNS em 2018	-81 087,85	5 meses + Sub Natal proporcional
Encargo previsto com 25 CCMSNS em 2019	562 199,54	14 meses
Encargo previsto para recrutamento dos 25 CCMSNS	562 199,54	14 meses
Redução de gastos imposta pelo OE2019	-1 318 266,76	
Variação 2018/2019	314 796,59	
(4) Variação dos encargos e outros gastos	49 971,35	
(5) Gastos com pessoal previsto para 2019 (1+2+3+4)	9 763 189,00	
Informação adicional:		
Encargos que carecem de autorizações autónomas de recrutamento:		
25 Pedidos de recrutamento séniores	1 128 730,68	
32 Pedidos de recrutamento base da carreira	686 172,39	
	1 814 903,07	
Previsão de mobilidades em outros organismos (68):	1 455 712,27	

Percebe-se assim que os montantes previstos respeitam a situações já autorizadas que têm de ser ajustadas por força da redução do orçamento aprovado caso não haja o necessário reforço em sede de execução orçamental.

Este quadro de recursos humanos, com evidente repercussão na despesa do agrupamento 01 - gastos com o pessoal no orçamento de 2019, não colocará em risco a regra do equilíbrio orçamental, sendo garantido em contrapartida do agrupamento 02, na medida em que, quer os PREVPAP, quer os novos recrutamentos, deixam de constituir despesa neste agrupamento. De realçar que é ainda expectável que o aumento nesta rubrica seja inferior à despesa inerente ao recurso a contratos de prestação de serviços, ou seja, conduzindo a um quadro de economia e racionalização de despesa.

No que respeita aos PREVPAV, a redução correspondente em Fornecimentos e Serviços Externos anualizada é estimada em 1.655.808,00€¹⁷ o que assegura uma poupança anual de 994.889,53€.

Os montantes referidos na parte referente a informação adicional no quadro supra, são montantes estimados que apenas serão concretizados em caso de autorização dos recrutamentos ou efetivação das mobilidades.

¹⁷ Montante anualizado do valor médio por hora das aquisições de bens e serviços de técnicos superiores (28,00€*8 horas*22 dias*12 meses * 28 PREVPAP = 1.655.808,00€)